

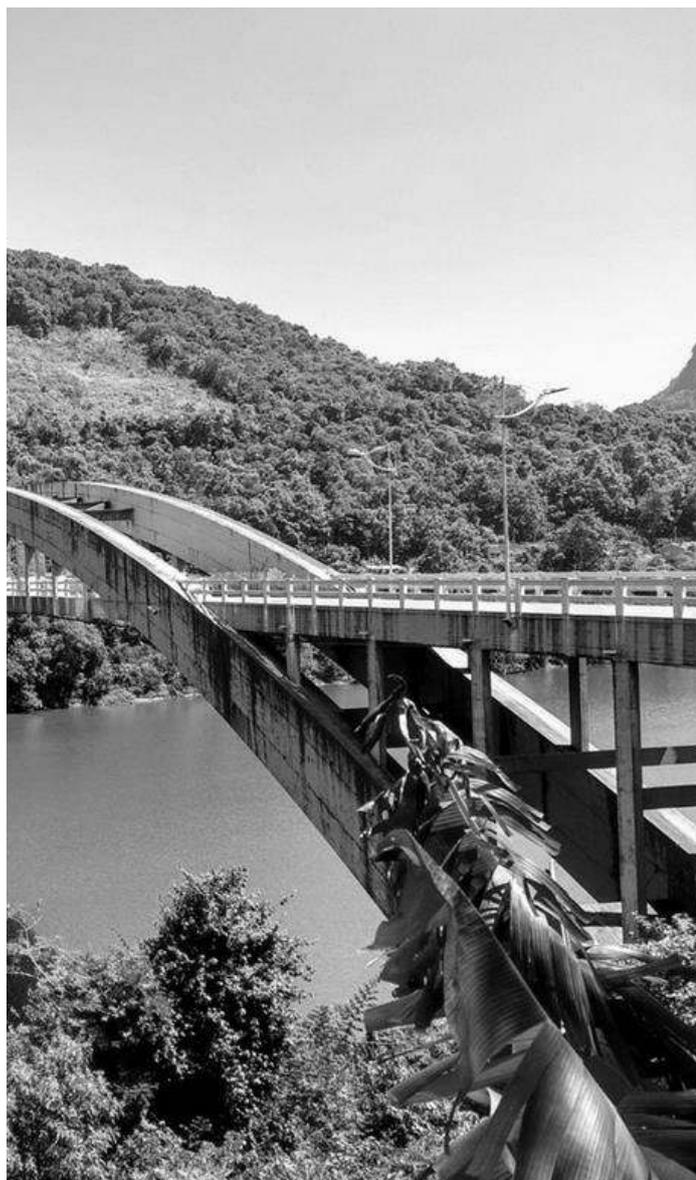
PROJETO GAÚCHO DE DESENVOLVIMENTO (PGD)

PLANO DE GOVERNO DO RS

VIEIRA DA CUNHA –
GOVERNADOR
PROFESSORA REGINA –
VICE-GOVERNADORA

COLIGAÇÃO
PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA – AVANTE

2022



AVANTE 70

Plano de Governo do RS da Coligação PDT - AVANTE

Vieira da Cunha (PDT) - Governador

Professora Regina (PDT) - Vice-Governadora

Professor Nado (AVANTE) - Senador

UMA NOVA VISÃO DE ESTADO

A ideologia neoliberal voltou a dar as cartas. São as mesmas práticas que causaram alto desemprego e baixo crescimento nos anos 1990. Reformas impopulares, privatizações e redução do Estado, como naquela época, resultam em diminuição de direitos dos trabalhadores, queda da renda, piora na prestação de serviços públicos, aumento da miséria e pobreza, elevação da inflação e outras mazelas socioeconômicas.

A pregação de um “Estado mínimo” não tem nada de novo. É uma ideologia ultrapassada. Com a piora na qualidade dos serviços e aumento das tarifas, nas duas últimas décadas, muitos governos pelo mundo que seguiram esse rumo equivocado voltaram atrás e promoveram quase 1.600 processos de reestatizações de empresas de energia elétrica, água e saneamento, dentre outras.

Outrossim, a pandemia da COVID-19 mostrou a importância do Estado na liderança e coordenação de ações conjuntas com a sociedade civil. Os países que tiveram uma condução ativa e competente por parte de seus governos, conseguiram salvar vidas sem comprometer significativamente suas economias (caso da Nova Zelândia, por exemplo).

Pelo mundo, o Estado cumpriu importante papel no combate à pandemia, com medidas para estabilizar a economia (controle da inflação e do nível de desemprego), realizando investimentos públicos, protegendo a vida dos cidadãos e garantindo a prestação de serviços públicos essenciais, como a vacinação em massa da população contra a COVID-19.

Tragicamente, o que vimos no Brasil foi uma postura negacionista que causou sofrimento e morte. Muitas vidas poderiam ter sido salvas se tivesse havido, desde o início, uma outra postura do governo federal, de aposta na ciência, de pronta e ágil compra de vacinas, cujos lotes nos foram oferecidos. O resultado de tamanha omissão e incompetência – sem falar nas graves denúncias de corrupção - foi a morte de quase 700 mil pessoas, além de uma forte recessão econômica, da qual ainda não nos livramos. O Brasil se tornou, infelizmente, um exemplo do que não se deve fazer no combate a uma pandemia.

No RS, igualmente, os equívocos são muitos de parte dos nossos governantes. A hora é de mudar. A alienação de estatais por valores aviltantes - caso da CEEE Distribuição, que foi vendida por míseros R\$ 100 mil –, a venda atropelada de empresas que prestam serviços essenciais (com quebra de promessa de não privatização em relação à CORSAN), a subserviente adesão a um acordo de renegociação da questionável dívida do Estado com a União que afetará sobremaneira as gerações futuras, e a piora na qualidade de serviços públicos, como a educação, são algumas das heranças que beiram a irresponsabilidade e comprometem a própria soberania do Estado do Rio Grande do Sul.

Desse modo, são grandes os desafios. Só haverá avanços com uma total reformulação do modo de governar, através da implantação de um Projeto Gaúcho de Desenvolvimento que alie a responsabilidade fiscal à social e econômica, promovendo o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda e maior igualdade entre as regiões do estado.

“Só haverá avanço com uma total reformulação do modo de governar, através da implantação de um Projeto Gaúcho de Desenvolvimento que alie a responsabilidade fiscal à social e econômica, promovendo o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda e maior igualdade entre as regiões do estado”

Para promover o bem-estar da população gaúcha, apresentamos um plano de governo fruto da contribuição de mais de 100 técnicos. Ele está aberto a críticas e sugestões. Convidamos as cidadãs e cidadãos a colaborarem com o seu aperfeiçoamento, para que possamos, juntos, construir um projeto consistente e viável, que possa recolocar o nosso amado Rio Grande no papel de vanguarda e liderança no contexto da federação brasileira, para o qual somos historicamente vocacionados.

EDUCAÇÃO

• DIAGNÓSTICO

A construção do futuro de uma sociedade desenvolvida passa primordialmente pela educação. É a “prioridade das prioridades”, como dizia o ex-Governador e fundador do PDT, Leonel Brizola.

Vivemos um momento histórico e trágico na educação brasileira e, em particular na do estado do Rio Grande do Sul. Isso decorre da precária qualidade pedagógica do ensino e da piora da estrutura do ambiente da maioria das escolas, resultantes da limitação da destinação de recursos financeiros ao sistema educacional que, por obrigação constitucional, deveria ser de 35% da receita líquida do Estado.

A reversão da situação é possível. A primeira providência é elevar o investimento na área da educação, respeitando o que estabelece a Constituição Estadual. O governo atual vem diminuindo, ano a ano, os recursos destinados à educação (hoje aplica pouco mais de 25% da receita). Só cumprido o que está previsto na Constituição, teríamos aplicados cerca de R\$ 4,0 bilhões a mais por ano na área da educação.

Estamos longe do cumprimento de metas e diretrizes estabelecidas pelos Planos Nacional e Estadual de Educação, resultando em baixo IDEB em todos os níveis da educação. Além disso, o índice de evasão escolar é preocupante e o fechamento de escolas inaceitável. Uma vergonha!

De acordo com os dados do Censo Escolar 2021, no Rio Grande do Sul, o número de matrículas na rede estadual de ensino totalizou 749.341, queda de 5,4% (- 43.018 matrículas) em relação a 2020. Representa uma queda mais acentuada do que aquela observada para redes estaduais de todo o país, que caiu 1,2% em 2021.

A educação infantil vinculada à rede estadual registrou, em 2021, redução de 221 matrículas (-14,5%) comparadas a 2020, o que representa também maior queda do que aquela observada em âmbito nacional, em que se reduziu em 5%.

No ensino fundamental, a rede estadual diminuiu 27.822 matrículas, uma queda de 6,3%, enquanto no Brasil a redução foi de 3,4%. No ensino médio estadual, houve crescimento de 1.664 matrículas, um aumento de 0,6%, mas inferior ao observado em âmbito nacional (3,3%).

O ponto mais dramático é identificado nas matrículas do EJA. Em 2019, foram 71.703 matrículas no Rio Grande do Sul e em 2020 caíram para 42.403, queda de 40,9%. Em 2021, o número de matrículas foi de 31.552, ou seja, em relação a 2020 mais uma queda de 25,6%. De 2019 a 2021 são -56% (-40 mil matrículas). No cenário nacional também houve queda, mas significativamente menor (-7%).

Na Educação Profissional, houve queda de 17,7%, portanto -7.866 matrículas no estado, em contraste com o cenário nacional das redes estaduais que manteve estabilidade nas matrículas nessa etapa de ensino.

O número de escolas também tem caído anualmente. Em 2021, foram registradas 2.386 escolas estaduais, quando em 2020 eram 2.410, ou seja, uma redução de 24 escolas representando (-1%). De 2016 a 2021, verificou-se o fechamento de 171 escolas da rede de ensino gaúcha. Sublinhe-se que, no período em que Carlos Eduardo Vieira da Cunha foi Secretário de Estado da Educação, entre janeiro de 2015 e junho de 2016, nenhuma escola estadual foi fechada no Rio Grande do Sul.

Já o número de professores reduziu em 1.323 (-3,4%) em relação ao ano de 2020, no entanto, desde 2016, essa queda é ainda superior, com a diminuição de 10.854 professores, o equivalente a 22,4% do quadro existente naquele período.

Quanto ao ensino em tempo integral, atualmente, apenas 86 escolas operam nessa modalidade, tendo havido fechamento de Escolas de Tempo Integral durante os dois últimos governos. Atualmente menos de 20 mil alunos são atendidos nessa modalidade de ensino na rede estadual. Considerando o que prevê o Plano Estadual de Educação, o RS está muito longe da meta, não atingindo 3% dos alunos da rede estadual e 4% do número de escolas. Por sua vez, as matrículas do Ensino Médio Regular em tempo integral (turmas presenciais) no Rio Grande do Sul apresentaram crescimento de 4,8%, na passagem do ano letivo de 2020 para 2021, enquanto no Brasil a variação atingiu 25%, evidenciado que, embora tenha havido crescimento, foi modesto em relação ao verificado no país.

A educação é bandeira histórica do PDT. Leonel Brizola, quando governou o nosso estado (1959-1963), construiu um número recorde de escolas, cerca de 6,3 mil, abrindo mais de 688 mil matrículas e admitindo mais de 42 mil professores. Já Alceu Collares (1991-1994), último governador trabalhista no RS, construiu 94 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), onde se garantiam aos alunos o ensino em tempo integral, mais alimentação e assistência médica e odontológica na própria escola.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC), o RS obteve evolução no indicador, passando de 3,4 em 2017 para 4,0 em 2019. Todavia, segue distante da meta estabelecida pelo MEC (5,0).

As boas escolas são hoje exceções, mas servem de parâmetros para um projeto com metas desafiadoras para reduzir a evasão escolar, combater o analfabetismo, ampliar o número de acessos na educação básica em seus diversos níveis e

especificidades como a educação especial, a educação profissional, as escolas do campo, quilombolas e indígenas e a educação superior estadual.

Há 122 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, das quais 120 estão certificadas, sendo atendidas por quatro escolas estaduais e por 46 escolas municipais. No censo de 2016, é registrado que no Rio Grande do Sul existem 647 escolas estaduais no campo, estando entre estas 90 escolas indígenas e 31 escolas de assentamento, com funcionamento precário.

Dado esse contexto, o sistema de ensino no RS requer uma verdadeira revolução, com a promoção de mudanças profundas que venham a permitir que a educação gaúcha atinja os patamares desejados de desempenho e qualidade. Este é o nosso compromisso.

• PROPOSTAS

- Tomar o Plano Estadual de Educação (PEE) como referência para a adoção de medidas que garantam o atendimento das metas e estratégias nele previstas;
- Elaborar de forma democrática e participativa o novo Plano Estadual de Educação, envolvendo a sociedade na sua construção para o período 2025-2034;
- Valorizar o Fórum Estadual de Educação;
- Aumentar gradativamente os investimentos em Educação, visando a alcançar o percentual de 35% da receita líquida estabelecido na Constituição Estadual;
- Investir na recuperação da estrutura das escolas, com a criação de uma força-tarefa que agilize o andamento dos processos administrativos e burocráticos;
- Perseguir a meta do IDEB estabelecida pelo MEC;
- Investir em materiais pedagógicos nas diferentes áreas do conhecimento para subsidiar o professor na sua prática em sala de aula;
- Ampliar o acesso às tecnologias com redes de internet de melhor qualidade;
- Reduzir a evasão escolar e ampliar a oferta de vagas;
- Resgatar as bibliotecas escolares;
- Criar Centros Tecnológicos para o atendimento aos profissionais da educação e estudantes;
- Investir na modernização e atualização dos equipamentos, dos programas e das tecnologias disponíveis, visando à inovação dos espaços com laboratórios de Ciências, Informática e Robótica;
- Implementar um Plano de Recuperação das Aprendizagens para reparar as perdas provocadas pela pandemia;
- Melhorar as condições do transporte escolar, em parceria com os municípios;

-
- Aumentar o valor do repasse por aluno para garantir quantidade e qualidade na oferta da merenda escolar;
 - Contratar mais profissionais (nutricionistas e técnicos em nutrição) para atendimento da rede estadual de ensino;
 - Tratar da transversalidade com secretarias e instituições de ensino superior;
 - Instituir a Escola de Formação Continuada de professores e servidores, oferecendo permanentemente cursos e treinamentos, fazendo convênios com instituições de ensino, propiciando a qualificação desses profissionais;
 - Desenvolver o programa “Escola Melhor, Sociedade Melhor”, estimulando as parcerias e envolvimento das comunidades na melhoria do ambiente e da estrutura das escolas públicas estaduais;
 - Realizar concurso público para suprir as vagas existentes de professores e funcionários de escolas;
 - Valorização do magistério e dos educadores, aumentando o diálogo e discutindo um novo Plano de Carreira;
 - Atingir a meta de 200 mil de alunos em tempo integral, priorizando as regiões de maior vulnerabilidade social;
 - Avaliar, envolvendo a comunidade escolar, a possibilidade da execução do Novo Ensino Médio;
 - Analisar a variedade de itinerários formativos oferecidos perante as condições materiais das escolas – salas de aula disponíveis, equipes docentes e especialização do corpo de professores;
 - Trazer assuntos transversais, como ética, meio ambiente, saúde, trabalho, consumo, pluralidade cultural, entre outros, mais próximos dos alunos e da sua realidade, tornando o ensino mais atrativo;
 - Ampliar e fortalecer os EJAs, viabilizando o ensino a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
 - Criar bolsa para alunos do Ensino Médio, para combater a evasão escolar, com bonificação para os alunos concluintes e oferta de curso profissionalizante para inserção no mercado de trabalho;
 - Fortalecer a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), aproximando a universidade das escolas e empresas com projetos de pesquisa, extensão e formação;
 - Reorganizar a base orçamentária necessária à cobertura de despesas com novos investimentos, reformas, ampliações do campus e atualização e formação do quadro de docentes e funcionários;

-
- Realizar concurso público para pessoal docente e técnico-administrativo da UERGS;
 - Incorporar a estrutura da antiga CIENTEC ao Campus UERGS/POA;
 - Garantir o cumprimento da legislação que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados;
 - Criar cursos de formação para professores com base na legislação para as populações negra, indígena e quilombola;
 - Garantir escolas bem estruturadas para os povos indígenas e quilombolas;
 - Preservar a identidade cultural e as formas de ensino do modelo pedagógico que fortaleçam os laços das comunidades e contribuam para a permanência do estudante na sua cidade/ localidade;
 - Valorizar a pedagogia da alternância, ou seja, o respeito ao calendário produtivo local, com a adequação e organização das atividades escolares e educativas ao planejamento dos produtores locais, buscando promover experiências práticas e teóricas de aprendizagem;
 - Resgatar a estrutura física, tecnológica e a organização curricular das escolas técnicas agrícolas;
 - Preparar e qualificar as pessoas portadoras de deficiência para o mercado de trabalho independente de idade e nível de escolaridade;
 - Aumentar o número de vagas e matrículas na rede estadual da Educação Profissional, considerando a vocação de cada região do estado para atender as necessidades e demandas regionais, conforme as suas especificidades e o planejamento estratégico dos COREDES;
 - Investir na estrutura das Salas de Integração e Recursos;
 - Proporcionar a formação continuada para a educação especial dos professores e funcionários de escolas.

SAÚDE

• DIAGNÓSTICO

Na atenção básica da área de saúde no RS, verifica-se uma descontinuidade nas ações. O Estado apoia os municípios e organiza a gestão de grandes sistemas e redes na área da saúde. Há necessidade de fortalecimento das ações em saúde.

Entende-se necessária a reestruturação da área laboratorial em apoio às ações de vigilância em saúde no RS.

Precisamos também de uma diretriz estadual com relação ao atendimento à terceira idade na área da saúde. Hoje, o RS vem aumentando muito a sua população de idosos, e vemos a fragilidade do Estado em acolher essa camada da população, que necessita de uma atenção especializada.

Ademais, a atenção básica está seriamente desassistida, devido à falta de apoio aos municípios, que são a grande porta de entrada nos municípios. A precária estrutura nos serviços de saúde dos Municípios acabam por agravar os problemas. Muitos poderiam ser resolvidos de forma rápida nos primeiros atendimentos.

O Programa Infância Melhor (PIM) deve ser reestruturado.

Quanto à atenção hospitalar e ambulatorial, precisa-se recuperar a regulação dos hospitais e resolver a carência de leitos de UTI. Os hospitais vem sendo pagos de forma defasada pelos procedimentos realizados pelo SUS. Além disso, a tabela SUS não cobre os custos dos procedimentos realizados, fazendo com que os hospitais recorram a empréstimos e fiquem cada vez mais endividados.

Também há falta de estrutura nos prestadores de serviços na área hospitalar. A falta de equipamentos básicos, para um perfeito diagnóstico, causa demora e um equivocado encaminhamento para a resolutibilidade do problema dos pacientes. Existe uma demanda reprimida de consultas especializadas. Há necessidade de ampliar ambulatorios regionais de especialidades.

Para tanto, é fundamental que sejam efetivamente aplicados em saúde os 12% da receita líquida. Conforme relatório de gestão da Secretaria de Saúde de março de 2022, o RS investe 12,19% da sua arrecadação em saúde. Mas quase 5% desses recursos aplicados estão descritos como “outras Subfunções”, restando somente 7% da arrecadação para aplicação efetiva na saúde.

Também é inadiável uma reestruturação do Ipê Saúde.

Faz-se necessária a reposição de servidores. Há também falta de medicamentos especiais na Farmácia Estadual e dos municípios e desorganização das referências regionais de saúde. A Rede de Urgência e Emergência precisa ser reorganizada.

Além disso, o atendimento às pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) é deficitária. A espera para atendimento de crianças com TEA chega a 3 anos. O financiamento SUS é insuficiente, não atraindo profissionais para trabalharem nestas instituições. Já a tecnologia assistiva do SUS para pessoas com deficiência é de má qualidade, com diminuição da oferta e baixa diversificação de dispositivos frente à tabela SUS.

- **PROPOSTAS**

- Ampliar o contrato com os prestadores de serviços e hospitais para uma maior oferta de consultas, exames e cirurgias onde haja maior demanda reprimida, dialogando com as secretarias municipais e regiões de saúde;
- Reorganizar o sistema de compra e distribuição de medicamentos de alto custo para os municípios e pacientes, propiciando o fácil e rápido acesso aos medicamentos mais demandados;
- Incrementar a parceria com os municípios, o sistema de vigilância, controle epidemiológico e a saúde preventiva no Rio Grande do Sul, priorizando os habitantes em áreas ribeirinhas e de preservação ambiental;
- Implementar programas de qualidade da água para consumo humano, contaminantes ambientais, qualidade do ar e do solo na vigilância ambiental;
- Impulsionar a demanda e reestruturar as ações do Laboratório Central de Saúde Pública do Estado;
- Monitorar os riscos à qualidade dos alimentos, dos produtos e dos serviços de interesse à saúde, bem como realizar atividades de educação em saúde para a população;
- Qualificar os programas de fortalecimento da prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e ampliar as ferramentas para controle e monitoramento;
- Criar e ampliar uma Política de Atenção à Terceira Idade, prestando serviços para idosos e seus cuidadores, com incentivo à prevenção e hábitos saudáveis;
- Reorganizar as referências regionais de saúde, tendo hospitais com mais especialidades médicas, principalmente em média e alta complexidade, resolvendo os problemas de saúde do paciente na sua região;
- Fortalecer a atenção básica dentro dos municípios;
- Garantir apoio financeiro aos municípios para custear despesas com aquisição de medicamentos, transporte de pacientes e serviços especializados;
- Reformular o Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS), em parceria com os municípios;
- Criar, em parceria com os municípios, um programa de incentivo para aumentar o horário de atendimento nos postos de saúde municipais;
- Ampliar os valores da Rede Bem Cuidar, para estruturação de equipamentos, veículos, Unidades Básicas de Saúde, UPAs e PADU (Pronto Atendimento de Urgência);

-
- Fortalecer o Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS);
 - Promover ações para garantir o respeito à diversidade, inclusive na administração pública.;
 - Ampliar a capacidade e a logística do Sistema de Regulação Estadual promovendo integração on-line com as demais regulações municipais e os Núcleos Internos de Regulação dos Hospitais, que tem contratualização direta com o Estado do Rio Grande do Sul ou com os municípios gaúchos;
 - Financiamento do Estado em forma de Incentivo (lhosp) com indexação conforme a produção hospitalar e qualidade de atendimentos realizados;
 - Aprimoramento do programa Assistir;
 - Criar uma linha de financiamento, por portaria da SES, para viabilizar a compra de equipamentos pelos hospitais;
 - Contratualizar com os prestadores de serviços dos hospitais uma maior oferta de consultas especializadas;
 - Ampliar e fortalecer os ambulatórios regionais de especialidade em hospitais de referência regional;
 - Criar um cofinanciamento específico para oncologia focando para qualificar o tempo de diagnóstico da doença;
 - Garantir a aplicação de 12% da receita líquida em ações e serviços públicos de saúde, como determina a legislação federal;
 - Realizar diagnóstico da crise no Ipê Saúde, aprimorando a gestão de modo que regularize e qualifique o atendimento aos usuários;
 - Qualificar os servidores, incentivando as capacitações nas categorias funcionais com apropriação de níveis de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e efetivação de concurso público;
 - Reorganizar o sistema de compra, dispensação e distribuição de medicamentos para os municípios e pacientes;
 - Discutir e reorganizar, juntamente com os municípios, prestadores e Secretaria Estadual, de forma transparente e democrática, as referências de serviços especializados por região, conforme a demanda;
 - Reorganizar a Rede de Urgência e Emergência, incluindo PADU, UPAs, HPPs, e Pronto Socorro próprios municipais ou de Porta de Entrada de Hospitais, criando um programa estadual próprio de investimento para esse sistema de atendimento;

- Ampliar a rede de cuidado da saúde mental, aumentando o número de CPAS (Centros de Atenção Psicossociais) e de leitos psiquiátricos em hospitais. Além disso, capacitar e ampliar o número de profissionais dessa área nos municípios;
- Encarar e tratar a questão da drogadição como problema de saúde pública, e não exclusivamente de segurança;
- Criar novos centros regionais para atendimento de TEA, aprimorando o programa TEAcolhe;
- Habilitar instituições específicas para acolhimento e tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista;
- Criar um incentivo estadual ou cofinanciamento com recursos estaduais para os serviços de reabilitação de pessoas com deficiência.

SEGURANÇA PÚBLICA

• DIAGNÓSTICO

Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Canoas, Gravataí e São Leopoldo concentraram 35% dos homicídios no estado em 2020. Em termos de ocorrências naquele ano, foram 34% de furtos, sucedidos de roubos (17%), furtos de veículos (4%) e roubo de veículos (3%). Em 2020, o crime de estelionato registrou um aumento significativo na sua participação, subindo de 10,3% em 2019, para 24,9% das ocorrências. Já o crime organizado vem aumentando e cada vez mais se estruturando.

Os altos índices de criminalidade guardam relação com fatores como infraestrutura e saneamento básico precários, exclusão, desemprego ou oferta de emprego de baixa qualidade e baixa escolaridade e altos índices de evasão. Logo, a redução da violência passa também por políticas públicas para as áreas de água, saneamento e esgoto, emprego e renda e educação. Entretanto, os órgãos de segurança são parte fundamental no processo de prevenção e repressão aos delitos, bem como na tarefa de ressocialização dos criminosos.

Algumas ações se fazem inadiáveis na segurança pública do RS. Percebe-se que há precariedade nos equipamentos e falta de insumos tecnológicos. É importante fortalecer o Observatório Estadual de Segurança Pública do RS, com integração da base dados das Forças de Segurança. Contudo, não pode dar certo uma polícia estranha à comunidade.

Atualmente, a imagem da Polícia aparece como repressora e truculenta. Há defasagem de efetivo. E não há o devido reconhecimento e a valorização dos profissionais da área de segurança pública.

Existem delegacias operando em péssimas condições e em prédios adaptados. Por outro lado, constata-se uma ineficiência do Estado quanto a práticas preventivas. Existe pouca interação com as Guardas Municipais. O resultado é o aumento da sensação de insegurança.

Mesmo num cenário de carências, o governo do RS definiu uma redução de 5% nas despesas com a função Segurança Pública em 2021.

- **PROPOSTAS**

- Valorização dos profissionais da área de segurança pública;
- Criação de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), com correlação entre as estruturas regionais das demais vinculadas, como Polícia Civil (PC) e Instituto Especial de Perícias (IGP);
- Aprimorar e expandir o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública – PISEG/RS e o Programa RS Seguro;
- Incentivar uma gestão profissional e orientada por dados científicos, mapa do fluxo completo de produção, análise e publicização da informação para efetivo relatório de análise criminal;
- Melhor elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas de prevenção e repressão ao crime, com profissionalização (treinamento e qualificação) dos servidores e insumos tecnológicos;
- Maior integração entre os diferentes órgãos de segurança;
- Foco em práticas sistêmicas e de justiça restaurativa;
- Combate efetivo e eficaz ao crime organizado, com a ampliação dos grupos especializados nesse tipo de atividade;
- Investir em inteligência e cooperação entre as polícias, com ênfase na investigação policial;
- Ampliar as atividades preventivas: Patrulha Maria da Penha, Proerd, Papo de Resposta; Círculos de Construção de Paz; Constelações Familiares; Programa Mediar e Bases Móveis Comunitárias em áreas com altos índices de criminalidade;
- Tratamento dos fatores de risco por uma visão dinâmica e dissuasória da criminalidade com modelo de prevenção primária;
- Retomada do modelo comunitário de ação policial;
- Formação continuada de policiais e qualificação permanente do efetivo com descentralização dos cursos e das academias;
- Uso de modernos recursos tecnológicos na atividade de investigação criminal;

-
- Reposição do déficit histórico do efetivo na PC, no IGP e na BM com ingresso regular anual por concurso público;
 - Estruturação das carreiras policiais com a construção de uma polícia ostensiva mais próxima da população e mais consciente do seu papel público de proteção e segurança;
 - Regulamentação da Polícia Penal;
 - Reformulação do sistema de atendimento nas Delegacias de Polícias (Delegacia Legal), salvaguardando os direitos à privacidade;
 - Incremento das Delegacias Especializadas, principalmente no interior;
 - Articulação de plano integrado de diálogo e ação, tendo o Estado como protagonista da sinergia com as Guardas Municipais.

GESTÃO

• DIAGNÓSTICO

O servidor público vem sendo tratado pelos últimos governos como se fosse responsável pela crise. Vencimentos defasados, poucos concursos, cada vez mais reduzindo o efetivo, por vezes em áreas estratégicas, como educação, saúde e segurança pública, sobrecarregando o funcionalismo. Consta-se um verdadeiro descaso com o funcionalismo público.

O atual governo estadual também demonstra descaso com o patrimônio público. Após a retirada da Constituição do direito da população ser consultada na alienação de estatais do RS, liquidou as empresas do Grupo CEEE por montantes abaixo do seu valor de mercado, caso da CEEE Geração, que foi vendida recentemente por R\$ 928 milhões (avaliada em R\$ 1,4 bilhões), e a CEEE Distribuição, cuja receita foi de míseros R\$ 100 mil, obrigando ainda o Governo a assumir dívidas na ordem de R\$ 3 bilhões da companhia. Já a SULGÁS foi privatizada, também por R\$ 928 milhões, registrando lucros anualmente, como em 2020, quando obteve mais de R\$ 79 milhões de rentabilidade. Cabe lembrar que foi através de Carlos Eduardo Vieira da Cunha, quando este foi presidente do Grupo CEEE no governo Collares (PDT), que se recuperou judicialmente R\$ 4 bilhões aos cofres públicos em 2012.

Ainda segue baixa a participação da população e servidores na formulação de políticas públicas. O governo estadual reduziu significativamente os valores dos investimentos públicos a serem definidos mediante consulta popular, com o que a adesão da população ao processo participativo caiu fortemente.

- **PROPOSTAS**

- Fortalecer e aprimorar a gestão das estatais (CORSAN, BANRISUL, CRM, etc.), prestando serviços com eficiência e qualidade aos gaúchos;
- Interromper o processo de privatizações, propondo emenda à Constituição Estadual para a Assembleia Legislativa, recuperando a obrigação de realização de plebiscito para consultar a população sobre futuras alienações do patrimônio público no estado do RS;
- Respeito e valorização do servidor público, com resgate da imagem perante a sociedade, demonstrando o seu papel de bem servir à população, buscando a recomposição dos vencimentos corroídos pela inflação;
- Melhor aproveitamento dos ex-funcionários das fundações e autarquias extintas, bem como estudo da reestruturação das atividades de pesquisas e serviços descontinuados;
- Aprimorar a produção e coleta de dados socioeconômicos no RS;
- Instituição de um Sistema Estadual Participativo de Políticas Públicas;
- Ampliação do Sistema de Monitoramento Estratégico para inserir todo o planejamento estratégico de longo prazo das instituições, sem prejuízo da manutenção do Acordo de Resultados;
- Centralização de Rotinas Administrativas, como fiscalização de contratos, concursos públicos e dispensas de licitação;
- Estimular o gozo da licença-capacitação;
- Promover a remodelação dos planos de carreira;
- Gestão por competências adaptada ao serviço público, com avaliação de 360°, capacitando o servidor público para a transformação digital no governo;
- Revisão e estudo da implantação do teletrabalho, envolvendo sindicatos e representantes de servidores;
- Instituição de um Programa de Transformação Digital;
- Uniformizar as ferramentas tecnológicas em uso por toda a estrutura administrativa;
- Ampliar a adesão ao uso de plataformas colaborativas de desenvolvimento (SEI, SUPER.BR, SUPP);
- Acelerar o processo de inovação em TIC com a capilarização do LabTech para todos os órgãos;

- Potencializar permutas e outras formas de interação com a iniciativa privada para qualificar os espaços públicos;
- Estudar a viabilidade das compras públicas observarem o critério de startups inovadoras no fornecimento do produto ou serviço e outras iniciativas que estimulem o empreendedorismo.

FINANÇAS PÚBLICAS

• DIAGNÓSTICO

Com o advento da pandemia, o PIB do RS sofreu uma queda significativa no ano de 2020 (-7,0%), recuperando-se com um alto crescimento no ano seguinte (10,4%). A despeito dessa alta em 2021, o crescimento acumulado do PIB no último biênio foi de 2,9%, algo em torno de somente 1,4% ao ano. Comparado ao período de 2017 a 2019, quando o crescimento médio anual foi próximo de 2%, é um baixo desempenho que, portanto, exige ações para promoção do desenvolvimento socioeconômico do RS.

Depois de uma acentuada queda na receita orçamentária-fiscal de -14% em 2020, registrou-se uma compensação com a elevação em 21% no ano posterior, refletindo a variação do PIB nos dois anos. De outra sorte, as despesas sofreram uma redução maior em 2020 (-18%), expandindo-se em percentual reduzido no ano seguinte (-14%). Desse modo, pode-se afirmar que o superávit orçamentário de R\$ 2,2 bilhões no ano de 2021 foi obtido mais às custas das despesas do que por meio do aumento da receita.

Em que pese o resultado superavitário em 2021, o percentual de aplicação dos recursos para a Educação no ano foi inferior em -2,35 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2020 e o menor desde 2018 (25,8% da Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT). Esse patamar é muito próximo ao limite definido na Constituição Federal (mínimo de 25% da RLIT) e quase 10 p.p. abaixo do limite estabelecido na Constituição Estadual (mínimo de 35% da RLIT).

Além do menor percentual de aplicação na educação desde 2018, também se verificou, em 2021, o mais baixo nível de destinação de recursos nesse período nas áreas da Saúde (12,9% da RLIT), Ensino Superior (0,24% da Receita Líquida de Impostos Próprios - RLIP) e Pesquisa em Ciência e Tecnologia (0,07% da RLIP). Nesses dois últimos indicadores, houve descumprimento inclusive dos limites estabelecidos na Constituição Estadual (0,5% e 1,5% da RLIP, respectivamente).

Ainda, cabe ressaltar que, quando analisada a receita total, o crescimento de 14,9% em 2021 se deve, principalmente, às privatizações das empresas do Grupo CEEE (Transmissão e Distribuição) naquele ano; sem essa receita, o aumento cairia para apenas

7%. Considerando que o IPCA foi de 10,1% em 2021, teria sofrido uma queda em termos reais. Ademais, segundo informações do Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual (AFOCEFE), o RS está perdendo de arrecadar R\$ 6,48 bilhões em ICMS com sonegação, somente no acumulado até julho de 2022.

Pelo lado das despesas totais, houve uma elevação em R\$ 6,8 bilhões, em que quase a metade (R\$ 3,1 bilhões) se deve a despesas de capital decorrentes da desestatização da CEEE Distribuição (R\$ 2,6 bilhões na integralização de ações e R\$ 512 milhões na aquisição de imóveis). Com relação aos custos de pessoal, durante os anos de 2019 a 2021, a média de crescimento anual com ativos foi de apenas 0,2% ao ano, contra 3,1% ao ano com inativos. Por esse motivo, vem se agravando a tendência de mais vínculos de inativos do que de ativos verificada desde 2015, em que chegam a quase 163 mil inativos, ante somente 119,1 mil ativos, uma diferença de 37%.

Já com relação à dívida pública do RS, do total de R\$ 86 bilhões em 2021, cerca de 86% se refere à dívida junto a União (R\$ 74 bilhões). Embora seja oriunda de uma repactuação de R\$ 9 bilhões em 1998, no final do Governo Britto, calcula-se que já tenhamos pago R\$ 37 bilhões e seguimos devendo mais que o dobro desse valor. A OAB do RS entrou com uma ação (da qual o PDT é *amicus curiae*), sustentando que cerca de 70% do saldo devedor da nossa dívida com a União já estaria quitado. Infelizmente, a OAB parece defender melhor os interesses do RS do que o próprio Governo.

Finalmente, sobre o sistema financeiro gaúcho, constata-se que o Banrisul tem sido lucrativo, tendo obtido rentabilidade de aproximadamente R\$ 950 milhões em 2021, uma elevação de 30% em comparação ao ano anterior. O mesmo vem ocorrendo com o BADESUL, com lucro de R\$ 21,1 milhões no ano passado, um incremento de 61% em comparação a 2020.

• PROPOSTAS

- Otimização da Receita Potencial, seja própria ou oriunda de outras fontes;
- Priorização dos benefícios fiscais que obtenham maior geração de emprego e renda;
- Forte combate à sonegação e elisão fiscal, com uso intensivo de tecnologia e aumento do efetivo na realização das atividades fiscalizatórias;
- Aprimoramento contínuo dos processos de imposição, arrecadação, fiscalização e cobrança tributários, com o uso massivo da tecnologia da informação fiscal e aplicação da inteligência fiscal;

-
- Incentivo ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias, mediante programas de promoção e educação tributária e autorregularização, sem prejuízo da fiscalização;
 - Melhoria no ambiente de negócios pela simplificação das obrigações acessórias, e a consequente redução do custo de conformidade fiscal;
 - Contínua melhoria no relacionamento com os contribuintes;
 - Utilização da política tributária como instrumento de indução ao desenvolvimento econômico e social e de redução das desigualdades, com o estímulo à realização de investimentos e ao consumo interno da população;
 - Estímulo à capacidade de geração de recursos próprios pela Administração Indireta;
 - Busca da recomposição da base das transferências constitucionais da União, em especial do Fundo de Participação dos Estados (FPE);
 - Eficiência no gasto público, com a intensificação do “Programa Qualidade do Gasto”;
 - Controle de custos em relação aos programas e projetos orçamentários;
 - Racionalização das compras efetuadas pelo Estado;
 - Questionamento (judicial, se necessário) do acordo para pagamento da dívida com a União (Regime de Recuperação Fiscal), firmado pelo atual governo;
 - Buscar, junto à União, compensação pelas perdas de receita do ICMS, provocadas pelo limite de alíquota de energia elétrica, combustíveis, gás natural, comunicações e transporte coletivo, imposto por lei federal;
 - Gestão dos precatórios, com vistas ao cumprimento do pagamento no prazo constitucional;
 - Visibilidade dos Regimes Previdenciários dos servidores públicos gaúchos à sociedade, aumentando a transparência e aprimorando o controle social;
 - Incentivo à consolidação do Regime de Previdência Complementar;
 - Promoção da melhoria da gestão previdenciária, inclusive no tocante à contínua avaliação de riscos;
 - Auditoria permanente no pagamento dos benefícios, com vistas à verificação/controlar sobre eventuais inconformidades;
 - Modernizar e agilizar os processos e trâmites do FUNDOPEM, com apoio à sustentabilidade, inovação e setores tradicionais;
 - Manter o controle estatal do Banrisul e do BADESUL, com gestão responsável, eficiente e sustentável, garantindo a rentabilidade e o retorno econômico e social à sociedade;

- Política de crédito do Banrisul e do BADESUL, com responsabilidade, indutora do desenvolvimento regional e setorial e da diminuição das desigualdades sociais;
- Aumento do crédito disponibilizado ao setor imobiliário pelo Banrisul;
- Uso intensivo da tecnologia da informação (TI) no Banrisul, com utilização de inteligência artificial, sem prejuízo da segurança das informações;
- Fortalecimento do Banrisul, com aumento da base de clientes digitais, em especial da população jovem;
- Expansão da Rede VERO, com uso massivo de TI, e fortalecimento do BANRICOMPRAS;
- Buscar a ampliação dos negócios do Banrisul Armazéns Gerais (BAGERGS);
- Expansão da base de clientes do Banrisul Consórcios;
- Aumento das parcerias e expansão da base de clientes do Rio Grande Seguros;
- Parcerias do Banrisul com participação de forma ativa ao ecossistema de Startups, Fintechs, Agrotechs, etc.
- Estímulo à inovação com linhas de crédito específicas pelo BADESUL;
- Apoio do BADESUL ao desenvolvimento de startups e de novos clusters de turismo;
- Fomento do BADESUL à melhoria da infraestrutura dos municípios;
- Uso do BADESUL para buscar acesso a linhas de crédito internacionais, para disponibilização aos setores econômicos gaúchos.

AGROPECUÁRIA

• DIAGNÓSTICO

O RS é o segundo estado com maior renda agropecuária do Brasil. A agropecuária cresceu o dobro da média da economia gaúcha no período 2002 a 2018, 3,5% ao ano, ante 1,7% ao ano pelo total.

São mais de R\$ 35 bilhões gerados anualmente por mais de 365 mil estabelecimentos agropecuários. A organização familiar é predominante, sendo que mais de 60% dos estabelecimentos possuíam menos de 20 hectares.

A participação da agropecuária no PIB gaúcho é quase o dobro da nacional. A agropecuária é responsável por mais de 30% da atividade econômica em 268 municípios gaúchos, sendo superior a 50% em muitos dos municípios menores. A agropecuária também é fonte de matéria prima para a indústria e demanda bens e serviços (insumos, máquinas, transporte).

Ultimamente, o setor agropecuário gaúcho vem sofrendo com a recente estiagem, comprometendo significativamente a produção de grãos. A Emater estimou no início desse ano que 253 mil propriedades tenham sido atingidas pela seca, sendo 93 mil agricultores no milho e 82 mil na soja. Já a FARSUL calculou uma queda de 8% do PIB em 2022, com perda de quase R\$ 32 bilhões nas lavouras e, conseqüentemente, R\$ 116 bilhões para toda a economia gaúcha.

Desde sua implementação, em 2012, o Programa Mais Água, Mais Renda financiou a irrigação de um total de 97 mil hectares de lavouras de milho, soja, pastagem e outros cultivos. Apesar de se tratar de um programa fundamental, isso representa apenas cerca de 1% da área das culturas de sequeiro do RS em 10 anos.

- **PROPOSTAS**

- Investir em captação e armazenamento de água da chuva;
- Incentivar programas permanentes de liberação de barragens e açudes;
- Apoiar os agricultores no combate aos efeitos climáticos sobre o sistema de irrigação, quebras de safra, etc.;
- Implantar programas de apoio ao agronegócio;
- Priorizar a agricultura familiar;
- Estimular a diversificação da produção agropecuária no estado;
- Refinanciamento de dívidas dos agricultores;
- Melhorar, em parceria com os municípios, as estradas vicinais para escoar a safra e transportar os insumos;
- Fortalecer o IRGA;
- Valorizar a Extensão Rural, com o fortalecimento da EMATER;
- Fomentar a inserção no mercado de produtos oriundos da agricultura e pecuária familiar e povos tradicionais, inclusive nas compras governamentais.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- **DIAGNÓSTICO**

Alcançando R\$ 89 bilhões em 2018, o PIB industrial gaúcho correspondeu a 6,8% do PIB industrial nacional. No entanto, refletindo uma das grandes distorções estruturais da economia brasileira, a participação da indústria vem diminuindo no PIB regional. Em 2018 ela representou 22,4% do PIB regional, com uma perda de 3,1% em relação ao ano anterior.

Esse processo de desindustrialização compromete o grau de desenvolvimento da economia gaúcha. No entanto, a nossa indústria permanece diversificada e competitiva, constituindo uma notável virtude da economia do RS.

Em consequência, tem-se que qualquer estratégia de desenvolvimento com um foco na indústria – incluindo obviamente a agroindústria – parte de uma base econômica considerável, a qual remete tanto a políticas para o crescimento das empresas aqui instaladas, quanto para viabilizar a atração de novas empresas e indústrias, com um foco particular naquelas associadas ao desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Sob a ótica das novas indústrias, é possível destacar os setores de Microeletrônica e Biotecnologia, bem como a possibilidade de avançar em segmentos associados à chamada indústria criativa, dentre os quais se incluem design, audiovisual e Tecnologia da Informação (TI). Adicionalmente, na última década no Brasil, tem sido crescente o avanço dos Recursos Energéticos Distribuídos (RED's), tais como Geração Distribuída – GD (Energia Solar Fotovoltáica, Energia Eólica, etc.), Armazenamento de Energia (baterias) e Veículos Elétricos. Porém, os custos de instalação de equipamentos de GD e Armazenamento, bem como os altos valores de veículos elétricos, são obstáculos à disseminação das RED's no Brasil.

Importante ressaltar, igualmente, que com o advento da pandemia, houve um aumento da demanda por materiais hospitalares e medicamentos. Dessa forma, através de um Polo Industrial de Saúde, pode-se instituir uma governança local que tanto proporcione maior desenvolvimento, diversificando a produção industrial, como também elevar o atendimento da demanda estadual e até nacional de medicamentos e materiais hospitalares.

O segmento da indústria naval é outro que merece atenção para uma política industrial no RS, dada a sua relevância e perdas sofridas nos últimos anos.

Um dos maiores desafios de uma política de desenvolvimento industrial para o RS é o de aproximar de modo ainda mais efetivo instituições de ensino e pesquisa e a base produtiva industrial, sobretudo no que se refere a empresas de pequeno e médio porte e à criação de startups.

É salutar, dessa forma, que a Economia Criativa seja incentivada, analisando os potenciais criativos dos municípios, como é o caso de Porto Alegre, 6ª capital com mais empresas e empregos nesse segmento. Mais de 11 mil empresas atuavam em Economia Criativa em 2019, representando 14% do total de empresas, empregando mais de 100 mil pessoas, 12% do emprego da cidade. Dessas, 86% fazem parte das seguintes atividades: Arquitetura, Design e Moda, TI e Software, Publicidade e Pesquisa de Mercado, Artes Visuais e Performáticas e Publicação, Editoração e Mídia.

- **PROPOSTAS**

- Fomento à produção industrial de produtos, peças e equipamentos para Recursos Energéticos Distribuídos (placas solares, baterias de lítio, veículos elétricos, postos de abastecimento, etc.);
- Estímulo à produção industrial do segmento de biotecnologia, com o uso de tecnologia verde;
- Fomento à produção e instalação de empresas de microeletrônica, como fábricas de produção de chips eletrônicos;
- Concessão de benefício fiscal para manutenção da CEITEC;
- Incentivo à economia criativa no estado, através do Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa do Estado do Rio Grande do Sul – RS CRIATIVO, especialmente que atuam com design industrial, audiovisual e Tecnologia da Informação (TI);
- Fomento à criação de um Polo Industrial de Saúde;
- Incentivar a atração de investimentos e produção da indústria naval;
- Fortalecer a política de atração de empresas, inserindo cada vez mais o RS no radar dos grandes e médios investimentos;
- Incentivar a cooperação entre empresas, instituições públicas e privadas, universidades, centros de pesquisa e inovação, por meio dos Arranjos Locais de Produção ou Redes de Cooperação, buscando potencializar o desenvolvimento das redes e territórios;
- Criar o Programa Resolve RS, integrando diversos órgãos do governo, com o objetivo de simplificar e agilizar os processos e registros de empresas e negócios, a fim de fortalecer empresas e gerar empregos;
- Consolidar e ampliar os programas de qualificação das áreas de planejamento, pesquisa, tecnologia, inovação e financiamento para empresas, em todas as regiões do estado;
- Junto ao prédio do BADESUL, criar a Casa do Desenvolvimento do RS, em que diversos órgãos de governo se unam para demonstrar o potencial e a força do estado do RS.

TURISMO

• DIAGNÓSTICO

A importância da atividade turística, como indutora do desenvolvimento, depende não somente da existência dos recursos naturais e culturais, mas de uma ação de planejamento, gestão eficaz e integrada entre o poder público e a iniciativa privada.

Em 2019, o RS recebeu 772.686 turistas internacionais, conforme dados do Ministério do Turismo (MTUR), o que representou 12,16% das chegadas destes turistas no país. Com isso, o estado ocupa a 4ª posição entre todas as unidades da federação, atrás apenas de São Paulo (37,13%), Rio de Janeiro (19,71%) e Paraná (15,84%).

Destaca-se, de acordo com o MTUR, que os meses que apresentaram maior fluxo de entrada de turistas internacionais foram janeiro (26,02%), fevereiro (20,72%), dezembro (9,56%) e março (8,37%), sendo os principais países emissores Argentina e Uruguai.

A maioria dos turistas são gaúchos, representando 50%, enquanto 40% dos turistas são de outros estados do Brasil. Apenas 10% dos turistas no RS são estrangeiros, principalmente vindos da Argentina e do Uruguai, que representam por sua vez mais de 92% dos turistas que vêm de outros países. Do total de turistas estrangeiros que entraram no estado, 85% foram por via terrestre, 8% por via aérea, 7% por via fluvial e apenas 0,3% por via marítima.

O turismo representa mais de 80% do PIB nas regiões turísticas do Rio Grande do Sul. Através dele são gerados muitos empregos e o mesmo auxilia na qualidade de vida da população. O estado possui diversos segmentos de turismo, como: Agroturismo, Turismo de Luxo, Turismo Cultural, Turismo Religioso (crescendo aqui no estado), além dos roteiros temáticos.

Para as regiões da Serra (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Canela, Gramado entre outros municípios), o turismo promove o desenvolvimento educacional. Através da disciplina de Educação para o Turismo, os alunos conhecem os conceitos teóricos e visitam o trade turístico. A cultura é explorada através dos eventos promovidos pelas cidades.

As cidades turísticas recebem empresas de todos os estados, pois os investimentos são promissores devido ao alto fluxo de turistas. Muitas cidades turísticas estão investindo em espaços verdes. A limpeza constante reflete na conduta dos seus moradores. Os principais problemas nessas cidades são a mobilidade, carência de mão de obra qualificada e déficit no saneamento básico.

- **PROPOSTAS**

- Apoiar o desenvolvimento de startups e novos clusters de turismo;
- Incentivar a exploração do potencial turístico de mais regiões e municípios do estado;
- Aumentar a divulgação de destinos, roteiros e eventos turísticos no estado, principalmente para outros estados;
- Atrair turistas de outros países do Mercosul;
- Estimular investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação voltado ao turismo;
- Planejar ações de fomento ao turismo através dos COREDES, priorizando recursos para infraestrutura de acesso a cidades turísticas;
- Conceder crédito através do Banrisul ou BRDE para empreendedores do turismo;
- Incentivar programas turísticos temáticos (terceira idade, ecológico, rural, religioso, cultural, esportivo, estudantil, etc.);
- Desenvolver, junto aos organismos do Turismo Regional, plano de integração entre ações da área (eventos, feiras e iniciativas de atratividade) e promoção do artesanato gaúcho;
- Apoiar, organizacional e financeiramente, a presença do artesanato gaúcho em feiras e eventos de natureza turística.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- **DIAGNÓSTICO**

Os COREDES detêm uma larga experiência de atuação no fomento do desenvolvimento regional, estabelecendo uma forte relação democrática e de organização da governança de diversas representações da sociedade civil ao longo da sua existência.

É preciso destacar que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) foram criados no governo Alceu Collares (PDT). Funcionam como uma instituição de representação da sociedade que organiza o planejamento estratégico e orçamentário e as atividades prioritárias de cada região.

A organização da ação da governança regionalizada amplia o processo democrático na construção de oportunidades para o investimento público e privado, promovendo o desenvolvimento econômico e social das regiões. O desenvolvimento regional organizado pelos COREDES potencializa a integração dos agentes sociais e gestores, desburocratiza os processos de gestão dos recursos públicos para o investimento, é mais efetivo e democrático na definição de políticas públicas prioritárias ao atendimento das

necessidades regionais. Serão instrumentos imprescindíveis na criação de uma estrutura gerencial para o mapeamento das necessidades e planejamento das ações selecionadas para resolução dos problemas regionais e estímulo ao surgimento de novas atividades.

Outrossim, devemos incentivar as iniciativas locais e respeitar a cultura da região. Somos um estado bastante heterogêneo, e isso precisa ser considerado. Há assimetrias entre as regiões, algumas com melhor governança do que as outras, e também em níveis de desenvolvimento econômico e social diferentes.

O papel do Estado deve ser de atuar, por meio dos COREDES, de modo a adequar o seu planejamento e suas ações à realidade da governança e desenvolvimento regional. Obviamente que as estruturas das secretarias e demais órgãos de Estado estarão, igualmente, integrados e trabalhando em parceria com as instituições locais, tais como empresas, universidades, sindicatos, associações e outros.

A Secretaria de Planejamento centralizará as demandas e ações que envolvam os COREDES e o desenvolvimento regional. Pretendemos prestigiar os COREDES, de forma que cumpram a sua finalidade de serem facilitadores do desenvolvimento sócio-econômico regional.

• PROPOSTAS

- Prestigiar e fortalecer os COREDES, por meio de escritórios regionais, fazendo neste fórum as discussões de investimentos e ações que visem ao desenvolvimento regional;
- Revitalizar as ações dos COREDES como estratégia de relação democrática e de organização de governança com as representações da sociedade civil;
- Adotar princípios da transversalidade na identificação dos problemas e na elaboração de políticas públicas;
- Fomentar políticas públicas de urbanização e de habitação para atender empreendimentos regionais em parceria com o Governo Federal, municípios, iniciativa privada e entidades civis, como sindicatos e cooperativas habitacionais;
- Oferecer atendimento prioritário às mulheres chefes de família de baixa renda e/ou vítimas de violência, com uma política habitacional própria, envolvendo saneamento, meio ambiente, desenvolvimento social e desenvolvimento humano;
- Promover parcerias com os municípios nas intervenções em áreas de subhabitação para a elaboração de projetos destinados à fixação ou à remoção das famílias de acordo com a necessidade;

- Criar a “Central de Projetos” para orientar o governo sobre obras consideradas prioritárias;
- Promover o desenvolvimento regional comum visando a identificar evidências ou tendências de processos de conurbação e de crescimento populacional nas áreas urbanas e suas respectivas densidades demográficas.

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

• DIAGNÓSTICO

O Rio Grande do Sul possuía, em 2019, cerca de 14 parques tecnológicos em implantação, ante apenas três em 2014. Alguns ainda são incipientes, mas possuem potencial para se desenvolverem e ampliarem o número de empresas residentes e startups, gerando emprego e renda. A maior parte se concentra na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

O governo do Estado do RS é o que menos gasta em percentagem do PIB dentre os estados das regiões Sul e Sudeste, em torno de 0,1%, abaixo da média nacional, em torno de 0,5%. Nacionalmente, é o terceiro pior estado, à frente apenas de Alagoas e Amapá.

Enquanto em São Paulo, as empresas industriais distribuem quase 50% das suas despesas em gastos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no Rio Grande do Sul, dispendem pouco mais de 5%.

Na educação, o RS vem ampliando o número de Instituições de Ensino Superior (IES), elevando a qualidade de programas de pós-graduação e qualificação de docentes, estando entre os melhores do Brasil nesses quesitos. Todavia, há espaço para ampliar as capacitações, pois cerca de 50% dos docentes não possui doutorado e cerca de 60% não atua em pesquisa.

O desempenho do Governo do RS é um dos pontos mais frágeis do sistema gaúcho de inovação. O apoio às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) vem mostrando alguns sinais de melhora, mas ainda se encontra em um baixo patamar pelos padrões nacionais.

A necessidade de fortalecimento do Sistema de Inovação do Rio Grande do Sul, especialmente das empresas, é ainda mais premente, devido à necessidade de desenvolver inovações para ganhar competitividade e ao contexto da revolução tecnológica da Indústria 4.0. Há o risco de aprofundar a desindustrialização do RS, e diminuir seu dinamismo econômico, caso as empresas não invistam em capacitações tecnológicas.

O conjunto de inovações tecnológicas radicais da atual Revolução Tecnológica oferece novas oportunidades de negócios em mercados com grande potencial de expansão, mas também apresentam ameaças às empresas, se estas não desenvolverem as capacitações necessárias para ter competitividade nas novas condições de mercado.

Cabe lembrar que os países cujas empresas lograram sucesso em formar as capacitações tecnológicas para produzir mercadorias, incorporando as principais inovações de uma revolução tecnológica, conseguiram obter intenso crescimento econômico.

- **PROPOSTAS**

- Aplicar a Lei Complementar nº 182/2021 nos processos licitatórios do Estado, oportunizando novas transações às startups também no setor público;
- Criação de um fluxo especial nos processos de registro de novas startups na Junta Comercial do RS, desburocratizando e agilizando a criação de novas empresas;
- Apoiar e incentivar a expansão da internet banda larga no Rio grande do Sul, sobretudo nas comunidades rurais, potencializando a inclusão digital e o surgimento de novos negócios;
- Concessão de linhas de créditos, através do Banrisul e BADESUL, para startups com sede no Rio Grande do Sul;
- Criação de um fundo permanente de investimento do Governo do Rio Grande do Sul em startups inovadoras e com potencial de crescimento em larga escala;
- Apoiar e incentivar as startups com a publicação de editais de subvenção econômica para atuação em setores estratégicos para o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul, como saúde, educação, agricultura e a indústria;
- Fomentar a criação de novos Parques e Institutos Tecnológicos no Rio Grande do Sul;
- Criar cursos técnicos para a formação de mão-de-obra especializada e qualificada, voltada para o setor de inovação e de tecnologia;
- Criação de novas incubadoras de empresas no campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), incentivando que alunos(as) possam criar pequenos negócios inovadores, supervisionados e mentorados pelos professores(as);
- Construir parcerias com o Sebrae RS, para a formação de novos empreendedores, através de cursos à distância e on-line;
- Apoiar e incentivar a difusão de uma cultura empreendedora dentro das escolas do estado, com a criação de disciplinas específicas para alunos do ensino fundamental e médio;

-
- Inclusão de disciplinas introdutórias de lógica e de programação de linguagens computacionais na rede pública de Educação do Rio Grande do Sul;
 - Implantação de laboratórios de informática em escolas da Rede Pública de Educação do Rio Grande do Sul, buscando oportunizar na formação dos jovens a condição de produtores de tecnologia e não somente consumidores;
 - Fomentar a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento;
 - Fortalecimento da FAPERGS, apoiando parcerias com as demais instituições de pesquisa no estado;
 - Estímulo à produção de conhecimento aplicado ao desenvolvimento tecnológico e associado entre empresas e institutos e universidades;
 - Incentivo à instalação de centros de pesquisas das empresas que atuam no Estado;
 - Estímulo à contratação de doutores por empresas;
 - Criação de mecanismos específicos de estímulo aos investimentos para financiar inovações incrementais e a difusão de tecnologias mais consolidadas;
 - Incentivar o desenvolvimento de startups de tecnologia;
 - Adotar estratégia de Expansão Produtiva do Empreendedorismo e das Micro e Pequenas Empresas (MPE);
 - Parcerias com as instituições e agências dos governos estaduais e municipais, para alavancar a integração e complementariedade da inovação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

• DIAGNÓSTICO

O Rio Grande do Sul é um dos principais estados importadores do Brasil, ocupando uma posição chave dentre os principais países do Mercosul. Durante muitos anos, esteve na vanguarda da exportação nacional, chegando a ocupar a terceira posição no ranking nacional até 2016. Desde então, caiu bastante seu posicionamento, diminuindo para o sexto lugar em 2021, tendo sido o sétimo no ano anterior.

Nossa vocação agrícola se destaca em nossas exportações, sendo 72,6% das exportações ligadas ao agronegócio, as quais 51% estão relacionadas ao complexo de soja. Contudo, apenas 3% são do segmento de máquinas e implementos agrícolas. Ademais, desde 2019, vem ocorrendo uma redução da participação da indústria nas exportações, com produtos manufaturados devendo passar de 83% para 67% em 2022. Isso ocorre pela estagnação do valor exportado de manufaturados (US\$ 15,1 bilhões) no

período, enquanto o total das exportações do RS devem subir de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 22,4 bilhões, uma alta de 22%.

Nossos principais parceiros de negócios são: China (37%), Estados Unidos (8,4%) e Argentina (4,9%). A soma destes 3 países representa mais de 50% do destino das nossas exportações. A China também é o destino para qual nossas exportações mais cresceram entre 2019 e 2021 (43%), acima da média do RS (21%), contra 17% para os EUA. Já no agronegócio, 49% das nossas exportações são destinadas à China, enquanto 11% vão para os EUA e 4,4% para a Europa.

Internacionalmente, enfrentamos também a possível concorrência com a China na produção de suínos, e as consequências dos embargos à Ucrânia e à Rússia, que vem causando falta e encarecimento de alguns produtos, como insumos para produção de fertilizantes.

- **PROPOSTAS**

- Ampliar nossas relações comerciais com países do Mercosul que necessitem de produtos manufaturados, como a Argentina;
- Criar mecanismos que impulsionem a venda de produtos manufaturados e industrializados aos países que mais exportamos;
- Estreitar nossas relações comerciais e institucionais com China, EUA e países da Europa, aproximando-se através das câmaras de comércio destes países e blocos;
- Diversificar os países com os quais possuímos relações comerciais e institucionais;
- Criar uma Câmara de Comércio Chinesa no Rio Grande do Sul;
- Representar os interesses do estado, promovendo acordos entre diferentes governos ou empresas de diferentes países, viabilizando acordos bilaterais de importação e exportação;
- Fortalecer o diálogo político com entidades nacionais e internacionais, diminuindo a dependência do governo federal para negociação no âmbito das relações internacionais;
- Incentivar o plantio de outras culturas visando a diversificar a exportação;
- Atrair tecnologia e empresas que possam trazer maior previsibilidade aos insumos utilizados na nossa economia, como é o caso dos fertilizantes;
- Promover para o exterior os nossos produtos e culturas através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

TRANSPORTE

• DIAGNÓSTICO

No setor rodoviário gaúcho, o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) é responsável pelo transporte de passageiro intermunicipal, transporte de cargas e obras e conservação de rodovias, possui orçamento de R\$ 1,4 bilhões, gerindo 11 mil km de rodovias, 1.639 linhas ativas e 174 rodoviárias. Já a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) administra 759 km de rodovias e 12 praças de pedágio, com a responsabilidade de arrecadação, manutenção, conservação, pintura e melhoria das rodovias pedagiadas. Por último, a METROPLAN atua no transporte de passageiro intermunicipal na RMPA, operando a rede das modalidades de transporte integrante do sistema metropolitano.

Há ainda o Departamento Aeroportuário (DAP), que propõe e executa políticas de transporte aéreo do estado, operando 12 aeroportos públicos no interior do estado, e, criada em março de 2022, a Portos RS, que administra e explora os portos, hidrovias e vias lacustres e navegáveis do Rio Grande do Sul.

Desde 2012, os governos somente atualizam o Plano Estratégico de Logística de Transporte (PELT), que analisa todos os modais de transportes identificando os gargalos e propondo ações para soluções. O horizonte do PELT é de 25 anos, mas desde a sua criação, poucas ações propostas foram implantadas. Como consequência, o estado não usufruiu de uma otimização dos investimentos no setor de transporte, ficando refém de ações não coordenadas.

A mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi estudada no Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITMurb). O projeto engloba 13 municípios da RMPA, cerca de 86% da população da região. Até o momento, poucos projetos estão em execução. Algumas paradas de ônibus foram feitas em Porto Alegre, porém fora do modelo proposto.

A espinha dorsal do transporte no RS ainda é o transporte rodoviário. Cerca de 36 municípios não possuem acesso asfáltico. Quanto aos pedágios, algumas melhorias foram realizadas, pois está previsto o reinvestimento da arrecadação para este fim.

Com 25 anos de concessão, no modal ferroviário, metade da malha ferroviária estadual não é operacional. Menos de 10% do escoamento da safra utiliza esse modal. As regiões Noroeste e Centro-Occidental representam mais de 90% do total das cargas transportadas por ferrovia. Já a fronteira do estado não possui mais nenhum ramal ativo. A velocidade dos trens é baixa em razão de trechos sinuosos e aclives. O tempo médio de viagem de Cruz Alta até Rio Grande, por exemplo, chega a 38 horas. São operados três terminais: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Por outro lado, no modal portuário, o acesso ao porto de Rio Grande foi dragado em 2020 permitindo navios maiores. Existem parcerias com empresas privadas que realizam a manutenção dos seus portos para o escoamento da sua produção. Já no que se refere ao setor aeroportuário, foram ampliados aeroportos e aumentada a oferta de voos regionais.

- **PROPOSTAS**

- Priorizar a finalização de todas as obras de transporte que estiverem em andamento;
- Transformar o Plano Estratégico de Logística de Transporte (PELT) num programa de estado para que não haja descontinuidade na sua execução, bem como para garantir um fluxo financeiro adequado que possibilite a conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos em cronograma, promovendo a integração entre os modais de transporte (rodoviário, hidroviário, ferroviário, etc);
- Assegurar a implantação das propostas do PITMurb;
- Garantir estrutura e gestão profissional e eficiente ao DAER, EGR e Metroplan, para que cumpram as suas atribuições ligadas ao transporte estadual;
- Manter e promover melhorias nas rodovias asfaltadas, recorrendo à contratação de terceiros quando necessário;
- Implantar acesso asfáltico nos municípios, criando condições para o seu desenvolvimento socioeconômico;
- Parcerias com os municípios para a realização de obras de acesso com materiais alternativos de custo acessível, com a assessoria técnica e fiscalização do DAER e apoio de empresas locais, fomentando a economia das cidades parceiras;
- Planejar a construção de acesso rodoviário para o futuro porto de Arroio do Sal até a BR-101;
- Planejar a construção de uma ligação ferroviária ao futuro porto de Arroio do Sal integrando-o à malha ferroviária estadual;
- Investir na construção da Avenida Do Litoral que atenderá 20 municípios;
- Ampliar a malha hidroviária, avançando-a para a navegação do interior do estado com vistas à redução no custo do frete;
- Desenvolvimento do Plano Ferroviário do Estado Rio Grande do Sul com o objetivo de avaliar o modal existente, identificar oportunidades e necessidades de projetos de transporte de carga e passageiros;
- Possibilitar novas ferrovias através de processo de autorização (PEC nº 294/2022), fruto do novo marco regulatório das ferrovias.

ENERGIA

- **DIAGNÓSTICO**

O setor energético gaúcho sofreu mudanças consideráveis, fruto da política de privatizações. A primeira empresa privatizada foi a CEEE Distribuição, em março de 2021, vendida para o Grupo Equatorial por tão somente R\$ 100 mil, o valor equivalente a um carro popular. Ainda, o governo estadual abdicou de quase R\$ 3 bilhões em renúncia da dívida de ICMS da companhia, além de assumir R\$ 465 milhões da folha de pagamento. Não bastasse isso, com a venda da empresa, renunciou a direitos de ações junto à União, abrindo mão da busca de créditos estimados em R\$ 10 bilhões.

Em julho do mesmo ano, foi a vez da CEEE Transmissão, comprada pelo grupo CPFL Energia, cujo acionista majoritário é a State Grid, companhia chinesa de energia. O valor pago pela CPFL foi de R\$ 2,7 bilhões. Todavia, oito meses após a compra, a companhia distribuiu R\$ 1,2 bilhões de dividendos aos acionistas. Além disso, está em curso uma ação da Associação de Engenheiros da CEEE (AECEEE) em função de um passivo do Plano Previdenciário de R\$ 2,3 bilhões, de responsabilidade do Grupo CEEE.

Três meses depois, a SULGÁS foi a estatal alienada pelo governo, vendida para Compass, do Grupo Cosan, por R\$ 928 milhões. É uma empresa que já detinha 49% do capital privado e vinha obtendo lucros sucessivamente, na ordem de R\$ 70 a 80 milhões por ano. Finalmente, no final de julho desse ano, a CEEE Geração, última empresa que se mantinha pública do Grupo CEEE, foi adquirida também por R\$ 928 milhões, depois de uma redução no preço mínimo de leilão em 33%, que resultou na renúncia de quase R\$ 430 milhões do valor inicial. A empresa reservou lucros de R\$ 325 milhões, que devem ser transformados em dividendos aos novos acionistas após a privatização.

A única empresa prevista de ser privatizada pelo atual governo, que permanece estatal, é a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), sem previsão de leilão. A CRM é avaliada em R\$ 400 a 500 milhões, todavia, detém uma jazida em Candiota que possui mais de 1 bilhão de toneladas de carvão. Estima-se que essa riqueza valha mais de R\$ 200 bilhões.

O governo gaúcho, adotando a prática de privatizações, vai na contramão do resto do mundo. Desde 2000, já foram realizadas 1.583 reestatizações em 69 países em 96 serviços públicos. São 96 casos na América Latina, sendo 44 no Chile e 26 na Argentina. Do total de reestatizações no mundo, 960 ocorreram na última década, sendo 208 reestatizações do setor de energia.

A matriz elétrica do RS corresponde a 52% de fonte hidráulica, 23% de termoeletricidade, 23% de energia eólica e apenas 2% de energia solar. No mundo, há uma tendência de aumento da capacidade instalada de Energia Renováveis para gerar eletricidade, principalmente solar e eólica (que representam juntas ¼ da energia no RS), mas também de hidrogênio verde. Essas fontes proporcionam benefícios ambientais, de mudança climática e de saúde.

Com relação aos Recursos Energéticos Distribuídos (RED's), o RS é o 14º em número de empreendimentos (solar e eólica) de Geração Distribuída (GD) no Brasil. Possui nos 497 municípios, participando com 13% dos empreendimentos e 11% da potência instalada do Brasil. O Rio Grande do Sul é o segundo estado do Brasil com a maior potência fotovoltaica instalada e o terceiro do país em número de instalações de geração distribuída.

Já com relação aos veículos elétricos, em 2021, quase 2 mil novos veículos movidos a eletricidade passaram a circular no Estado. Houve um aumento de 82% nos emplacamentos em relação a 2020. O RS é o sexto no país e a menor frota da região Sul. Faltam ainda eletrovias, que são postos de recargas rápidas.

- **PROPOSTAS**

- Propor uma lei de incentivo à geração de energia renovável no RS;
- Fomentar a instalação de painéis solares e demais equipamentos de GD, concedendo linhas de crédito por meio do Banrisul e BADESUL, acompanhando os projetos junto às distribuidoras;
- Apoiar a Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética Nacional;
- Incentivar que a CRM realize investimentos em fontes de energia e tecnologia limpa;
- Fortalecimento da FEPAM para realização de atividades de fiscalização e concessão de pareceres de licenciamento ambiental;
- Apoio à AGERGS na tarefa de fiscalização das empresas de energia elétrica.

ÁGUA E SANEAMENTO

- **DIAGNÓSTICO**

Segundo a definição do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), saneamento é o *“conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas”*.

De acordo com essa definição, verifica-se a transversalidade do setor com o Meio Ambiente, a Infraestrutura Urbana e a Saúde Pública preventiva dos municípios e do estado, cujas ações devem estar concatenadas e associadas.

O estado do RS conta com a CORSAN, sendo que a companhia não tem a concessão da capital e de mais nove grandes municípios do Estado, que são operados diretamente pelas prefeituras ou empresas privadas.

A CORSAN é muito importante para o desenvolvimento das políticas públicas do Estado na área de saneamento. É uma instituição motriz para as políticas de saneamento, devido à situação de abastecimento de água, virtualmente solucionada. Atende cerca de 349 localidades, em 317 Municípios, abastecendo com água tratada 97% das populações urbanas.

Devido à qualidade, quantidade e os atuais fenômenos climáticos, que influem nos mananciais, alguns sistemas têm provocado intermitência na disponibilidade de água. Faz-se necessário a execução de um Plano Integrado de Segurança Hídrica.

Igualmente, é necessário tornar realidade todas as obras contempladas por recursos financiados e avançar nas obras dos sistemas de abastecimento de água na Região Metropolitana de Porto Alegre, a fim de atingir a meta de 99% exigida pela legislação.

Há aproximadamente 1,5 milhões de gaúchos sem abastecimento de água, com intermitência e de padrão sem a certificação da qualidade, principalmente em comunidades rurais e pequenas cidades, situação que deve ser enfrentada pelo Governo como questão de saúde pública.

Quanto ao sistema de esgotamento, no RS, estima-se que 2,3 milhões de economias urbanas são atendidas por sistemas primários de tratamento (fossas sépticas, filtros biológicos ou por infiltração no solo) e lançado no esgoto pluvial.

Na CORSAN, atualmente, o índice é de 19,3% das economias com esgoto efetivamente tratado, sendo preciso tornar realidade todas as obras contempladas pelos investimentos garantidos e implantar novos métodos e tecnologia para alcançar o percentual de 90% de esgoto tratado até 2033.

São necessários R\$ 11,9 bilhões para universalizar água e esgoto. Destes, R\$ 7 bilhões são para esgoto e R\$ 3,3 bilhões para água e outros R\$ 1,6 bilhão para operação dos sistemas. Devido ao alto custo na implantação nos sistemas, deve-se buscar recursos subsidiários. Há dificuldade de retorno do capital investido somente via tarifa.

Com relação aos resíduos sólidos, no Rio Grande do Sul, temos uma média de coleta e disposição de lixo superior a 85%, taxa de atendimento acima da média brasileira, porém ainda longe do desejado. Cabe às municipalidades efetuarem seu

planejamento, execução e correta destinação. A importância ambiental desta atividade reflete-se diretamente na qualidade dos cursos d'água (mananciais), onde terminam os resíduos não colhidos.

A situação dos sistemas de drenagem urbana no RS ainda apresenta características de insuficiência. É uma atribuição municipal, cabendo ao Governo do Estado apenas atividades complementares ou suplementares de apoio. No conjunto, são poucos os municípios que possuem órgão gestor específico para o sistema de drenagem urbana (como exemplo, temos o caso de Porto Alegre, onde o Departamento de Esgotos Pluviais - DEP foi absorvido pelo DMAE).

- **PROPOSTAS**

- Revisão da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 10.350/94);
- Realizar concurso para a CORSAN, a fim de suprir vagas para a operação das estações de tratamento;
- Reestruturar e reduzir as áreas da CORSAN, de modo a tornar a gestão mais eficiente;
- Alavancar a Universidade Corporativa da CORSAN (Unicorsan), com mais disponibilização de cursos;
- Manutenção de convênios para os comitês de bacia e criação das agências de bacia;
- Apoiar os municípios na revisão de Planos Regionais e Municipais de Saneamento;
- Universalização dos serviços com 99% de abastecimento de água tratada para a população do RS, em todos os seus municípios;
- Implantar sistemas de abastecimento simplificados de água para populações rurais dispersas e em pequenos aglomerados urbanos, com ênfase na saúde pública preventiva;
- Controle e proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos, preservando e utilizando adequadamente as águas do Aquífero Guarani, através de um Plano de Segurança Hídrica;
- Preservar a Tarifa Consumo (justiça tarifária) e a Tarifa social da CORSAN;
- Reciclagem dos resíduos sólidos (lodo) gerado no processo de tratamento de água, com ETAs, novas tecnologias e implantação do convênio com a EMBRAPA;
- Aprimorar o efetivo controle e minimizar as perdas físicas, hoje, na ordem de 39% da água produzida, melhorando a eficiência operacional com utilização de novas tecnologias;

-
- Priorizar as obras em andamento de sistemas de esgoto nas cinco macro regiões hidrográficas do estado, utilizando o residual dos financiamentos do PAC e Avançar Brasil;
 - Priorizar pequenas estações de tratamento de esgoto, visando minimizar os altos custos envolvidos na implantação e operação de grandes Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs);
 - Apoiar os pequenos municípios com projetos para ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, visando a captação de recursos em nível nacional e internacional (principalmente os não onerosos e subsidiados);
 - Criar plano para atingir 90% de tratamento de esgoto até 2033 com a utilização de novas tecnologias;
 - Implantação do programa SOLUTRAT, possibilitando o atendimento de 44% de novas economias de esgoto em um período inferior a cinco anos;
 - Ampliar e criar novas oportunidades de negócio com resíduos sólidos;
 - Implantar 6 estações regionais, uma em cada região hidrográfica do Estado, com gestão e operação da CORSAN para tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos e lodos advindos das ETAs e ETEs, ampliando para geração de energia através de biodigestores;
 - Apoiar os municípios da implantação da lei de logística reversa, recentemente sancionada no Estado;
 - Aportar equipamentos para desassoreamento dos corpos hídricos urbanos mapeados no Planos Municipais de Saneamento Básico;
 - Normatizar rotinas de drenagem para limpeza sistemática de canais e córregos, minimizando grande inundações;
 - Ações efetivas de controle de cheias acompanhado de programas de monitoramento dos níveis dos rios, através de alarmes e ações remotas capitaneadas pela Defesa Civil;
 - Manter a CORSAN estatal, ampliando os investimentos e buscando melhoria constante dos serviços prestados à população, com uma gestão profissionalizada, qualificada e inovadora;
 - Ampliar as Parcerias Público Privadas (PPPs) da CORSAN para viabilizar o tratamento de esgoto em mais 6 regiões, nos moldes da Região Metropolitana de Porto Alegre;
 - Promover estudos para abertura de capital da CORSAN, mantendo o controle acionário pelo Estado.

• DIAGNÓSTICO

O estado do Rio Grande do Sul deve progredir respeitando o equilíbrio entre a interação do meio ambiente e a prosperidade econômica, o que deverá se apresentar na forma de uma sociedade sustentável. Nesse caso, remete à criação de uma condição para que o homem e a natureza possam coexistir em uma harmonia produtiva que permita o desenvolvimento socioeconômico das gerações atuais e futuras. Inúmeros desafios políticos se apresentam, e diante deste cenário que vivemos atualmente, precisamos construir caminhos de mudanças estruturais e soluções práticas nesta sociedade que converge de maneira oposta a sustentabilidade.

O Pampa é o bioma brasileiro com a maior perda percentual de áreas naturais no período 2000-2018, com uma redução de 16,8%, principalmente para fins agrícolas. Entre 2012 a 2018, 125 mil hectares de campos nativos foram transformados anualmente em lavouras, silvicultura e pastagens plantadas, o equivalente a 2,5 vezes o território de Porto Alegre.

A diminuição dos campos nativos do Pampa decorre das expansões da produção agrícola, da silvicultura e das pastagens cultivadas, sendo a soja o principal cultivo a substituir os campos nos últimos anos, com crescimento de 188,5% de área entre 2000 e 2015. A esse fenômeno associa-se a contínua e crescente utilização de agrotóxicos, acelerando a degradação ambiental e a contaminação dos corpos d'água. Essa situação é agravada pelo fato do Pampa ser o bioma com menor área percentual protegida em Unidades de Conservação, apenas 2,8%, sendo que a recomendação internacionalmente assumida é de 17%.

Parte desta expansão de atividades ocorre sobre áreas de maior sensibilidade ambiental, como as áreas de preservação permanente, o que intensifica a crise hídrica no Rio Grande do Sul, pois reduz a produção de água nas zonas de recarga do Aquífero Guarani. A adoção de ações pontuais e paliativas, atendendo à pressão dos setores economicamente poderosos e desconsiderando os conflitos sobre o uso da água, aumentam a pressão sobre os mananciais hídricos. Um exemplo é a revisão da hidrografia do estado, atividade em curso que está gerando uma descaracterização de muitos rios, com objetivo único de ampliar áreas de grandes plantios, impactando a quantidade e a qualidade da água.

Os conflitos sobre o uso e os impactos nos recursos hídricos do Pampa também decorrem da ausência de implementação de estudos e planos produzidos oficialmente para avaliações ambientais estratégicas, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico

estadual e os Planos de Bacias. Além disso, há um desequilíbrio de forças na gestão do recurso hídrico, acirrado pela forma atual de composição e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas que beneficia setores economicamente mais fortes em detrimento dos pequenos produtores, das comunidades tradicionais e demais parcelas da sociedade, impactadas pelas decisões destes fóruns.

Importante destacar as negligências históricas em relação aos pecuaristas e agricultores familiares e comunidades tradicionais do Pampa, como a falta de reconhecimento e valorização de suas práticas sustentáveis; a insuficiência no fomento financeiro e em assistência técnica e extensão rural que reconheçam as especificidades de seus modos de vida; a carência de um planejamento estatal integrado e participativo que assegure a segurança alimentar, energética e hídrica e considere os aspectos da sociobiodiversidade e o enfrentamento às mudanças climáticas em seus territórios.

A destruição dos remanescentes de campo nativo resulta em perda de diversos serviços ambientais, como a regulação hídrica, controle de predadores, polinização, sequestro de carbono e conservação do solo e da biodiversidade.

- **PROPOSTAS**

- Proteger o meio ambiente, através de programas de despoluição de rios e adoção de tecnologias limpas na produção agrícola e industrial;
- Promover a educação ambiental para uso sustentável dos recursos do meio ambiente;
- Organizar o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de orientação e de planejamento das atividades econômico-produtivas;
- Implementação de programas para remediação e recuperação de solos contaminados e águas poluídas (rios, lagunas e lagos), especialmente em áreas industrializadas e urbanas com alta exposição atmosférica e humana;
- Criar mecanismos de monitoramento e fiscalização dos tratamentos implementados, fortalecendo órgãos de proteção ambiental e seus quadros técnicos;
- Ampliar nas grandes cidades a coleta seletiva, enfatizando a reciclagem para geração de receita e renda;
- Criação de um sistema abrangente de detecção dos níveis de poluição do solo e água em tempo real;
- Promover políticas de economia circular e bioeconomia, disponibilizando meios sustentáveis de utilização dos recursos, reduzindo e aproveitando resíduos para fabricação de novos produtos;

- Incentivar e promover o desenvolvimento de arranjos locais de alta tecnologia, juntamente com a criação de clusters industriais para desenvolver as potencialidades do ecossistema gaúcho, aproximando-se da economia verde;
- Atualização da legislação ambiental, fornecendo incentivos para atores responsáveis pela redução de efeitos nocivos ao meio ambiente;
- Cumprimento e regulamentação da legislação ambiental vigente para a proteção do bioma Pampa;
- Ampliar o Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas no RS;
- Implementar o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais;
- Criar programa de valorização dos produtos oriundos do uso sustentável do Pampa, buscando a inserção no mercado, identidade cultural e denominação de origem, conforme previsto na Constituição Estadual;
- Incorporar o planejamento de diretrizes políticas (estratégias de sustentabilidade) capazes de influenciar e gerar melhorias graduais visando ao desenvolvimento sustentável.

EMPREGO E RENDA

• DIAGNÓSTICO

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 9,5 milhões de pessoas com 14 anos e mais, que correspondem a parcela de indivíduos em faixa etária aptas para o trabalho, a População em Idade Ativa (PIA). Destes, 6,2 milhões participam do mercado de trabalho constituindo a força de trabalho, também conhecida como População Economicamente Ativa (PEA). Da PEA, 5,7 milhões estão ocupados e 463 mil se encontram desempregados.

Nesse caso, a taxa de desemprego atualmente é de 7,5% no RS, inferior a 2018, quando esteve em 8,6%. Todavia, é mais alta do que antes da Reforma Trabalhista no Governo Temer, em torno de 5,8%.

O estado é a quinta força de trabalho do país. O nível ocupacional no RS é restrito (60% da PIA), tendo sido de 62% e a inatividade de pessoas com 14 anos e mais é elevada, estando em 35% da PIA, acima do que se encontrava antes das reformas trabalhista e previdenciária (33,9% em 2015).

A estrutura setorial da ocupação gaúcha se distingue pela presença mais pronunciada nos Serviços (48%), quase metade da população ocupada, enquanto no Comércio é 19%, na Indústria é 15% e na Agricultura é 12%. Do total ocupado no setor de Serviços, 34% atua na Administração Pública e 25% nas áreas de TI e Financeira.

No estado, a grande maioria da população ocupada é de empregados assalariados (66%), embora com queda nos registros com carteira assinada. Enquanto antes da reforma trabalhista, representavam 68% dos assalariados em 2016, caiu para atualmente 66%. Além disso, dos 34% dos ocupados não assalariados, trabalham por conta própria 26% dos ocupados.

O rendimento médio real dos ocupados corresponde a R\$ 2.860, sendo esta modalidade de renda responsável por 76% dos ganhos médios dos gaúchos. Contudo, em relação ao ano anterior, o RS sofreu uma queda de 8,6% no rendimento médio real, mais alta que em SC (-7,4%). Também se observa uma redução na massa de rendimentos reais, caindo de R\$ 16.604 milhões no primeiro trimestre de 2019 para 15.892 milhões em igual período de 2022, uma diminuição de 4,3% nesse montante.

A valorização do piso regional significa um necessário instrumento de democratização de renda, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida para milhares de trabalhadores, gerando um círculo virtuoso de salário e demanda agregada. Tal medida protege cerca de 1,3 milhões de trabalhadores não alcançados pelos Acordos e Convecções Coletivas de Trabalho.

SC e PR, estados da Região Sul com características socioeconômicas semelhantes ao RS, também possuem Piso Regional e reajustaram os salários mínimos regionais entre 2020 e 2022, cumulativamente, em 22,3% e 23,7% respectivamente, enquanto o RS congelou os valores nesse período. Comparativamente, atualmente o Rio Grande do Sul registra a maior taxa de desemprego (7,5%) na Região Sul, enquanto Paraná apresenta 6,8% e Santa Catarina 4,5%. O Paraná continua com o maior salário mínimo regional do país em 2022. Logo, um valor maior do piso regional não implica em elevação da taxa de desemprego do estado. Considera-se que a valorização do Piso Regional pode, inclusive, contribuir para superar o atual momento de estagnação notadamente de baixa renda e alto desemprego.

O Rio Grande do Sul aprovou em agosto de 2020, através da Lei Ordinária nº 15.494, o Sistema Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, contando atualmente com um arcabouço geral para avanços na articulação entre as políticas de atendimento e orientação dos trabalhadores, intermediação e capacitação profissional aos desafios colocados pelas grandes transições do nosso tempo. Dentro deste novo marco legal, a maior parte das políticas públicas do trabalho passaram a ser feitas através da distribuição de recursos do orçamento da União para os Estados.

- **PROPOSTAS**

- Avaliar e aperfeiçoar a estrutura e processos de trabalho da FGTAS;

-
- Qualificar e expandir a rede de agências de atendimento ao trabalhador;
 - Promover debates, em polos urbanos do Estado, sobre os temas da revolução tecnológica, transição ambiental justa e diversidade no mundo do trabalho, envolvendo instituições de ensino e representações dos segmentos produtivos;
 - Desenvolver iniciativas de circulação de notícias e de debate continuado sobre o mundo do trabalho, através da TVE;
 - Promover reuniões do fórum tripartite com o intuito de reajustar o Piso Regional do Salário, visando a nivelar o seu valor àquele praticado nos demais estados da região sul;
 - Promover diretamente, ou através de convênios com municípios, lojas e pontos de comercialização do artesanato gaúcho;
 - Manter e qualificar a divulgação do artesanato gaúcho em espaços virtuais e/ou redes sociais;
 - Estimular a elaboração de levantamentos de dados e estudos voltados ao mapeamento regional das condições de qualificação da força de trabalho gaúcha, bem como de demandas empresariais e necessidades apontadas pelos Arranjos Locais de Produção;
 - Mapear a rede e elaborar o Plano de Qualificação Profissional no estado do Rio Grande do Sul, organizando e oferecendo cursos de qualificação profissional;
 - Desenvolver oficinas de qualificação envolvendo artesãos e artistas plásticos;
 - Desenvolver levantamentos e estudos para elevar a compreensão das dificuldades enfrentadas por grupos vulneráveis para sua inserção produtiva;
 - Produzir materiais educativos sobre a discriminação no mercado de trabalho;
 - Buscar ativamente vagas em empresas inclusivas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

• **DIAGNÓSTICO**

Com a pandemia, pode-se observar a existência de parte da população que foi denominada de os invisíveis, pessoas que estão alijadas dos processos de cidadania mais básicos e inclusive não conseguem aderir aos programas sociais governamentais. Atualmente, as questões fundamentais para o combate à pobreza estrutural, que constituem as necessidades básicas não atendidas, são a moradia digna, alimentação e renda mínima.

A moradia digna é a porta de entrada para uma série de outros direitos, como saúde, educação e segurança. Existia, já em 2019, um déficit habitacional estimado em

torno de 221 mil habitações no Estado. A maior parte (94%) concentrada na RMPA, o que leva a fenômenos de favelização, crescimento da população de rua e ocupação irregular de espaços, inclusive com altos riscos à saúde dos ocupantes destas áreas. Com o fim da lei do despejo zero estimada ao final do ano, e a crise econômica em curso, se espera um aumento exponencial do déficit habitacional para 2023.

Ainda, a situação da população em áreas ribeirinhas ou de preservação ambiental (APP) apresenta vulnerabilidade nas suas condições de moradia e sanitárias, sendo gravemente exposta nas enchentes. Deste modo, é fundamental que o Estado atue para reduzir o grau de vulnerabilidade desta população.

A habitação é um assunto importante para o planejamento governamental, pois é uma demanda de uma grande parte da população cada vez mais carente no RS. Atualmente, há cerca de 1,3 milhões de pobres no nosso estado, em que sua maior parte carece de ajuda do Estado para viver e morar com dignidade, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Daremos foco na instituição de uma estrutura gerencial para o mapeamento das demandas e sucessivo planejamento das ações voltadas a reduzir o déficit habitacional e a adaptar planos diretores de cidades polos, haja vista a sua maior densidade populacional, a suas reais necessidades em relação à infraestrutura urbana. É menos oneroso construir moradias onde já existe estrutura urbana organizada. Por sua vez, o Governo do Estado cumprirá o papel de articulador das políticas de moradia e de crédito habitacional junto ao Governo Federal, além da determinação de participar como mediador nos conflitos fundiários, na regularização de áreas e nos reassentamentos das famílias alojadas precariamente em espaços urbanos e de rodovias

Devido a continuada crise econômica somada com a pandemia da COVID, houve um recrudescimento da pobreza e um aumento da população em estágio de insegurança alimentar. As pessoas em situação de pobreza chegaram a 1,3 milhões em janeiro de 2021, o maior número desde o mesmo período de 2019. Já as pessoas em situação de extrema pobreza chegaram a 947 mil, o maior contingente desde o início de 2016.

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (CONSEA - RS) estima que mais de 1 milhão de pessoas estejam passando fome no Estado. Mais do que isso – de cada 10 famílias, sete estão enfrentando insegurança alimentar, que é a dificuldade de conseguir comida ou a total falta dela em muitos momentos.

O cenário ainda é agravado seriamente com a elevação de inflação de alimentos. Historicamente, o valor da cesta básica do RS é acima do valor médio nacional. Mesmo com a criação de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 recentemente pelo Governo Federal, esse valor apresenta poder de compra inferior à média nacional.

Segundo o DIEESE, o valor da cesta básica em Porto Alegre estava em R\$ 754,19 em junho de 2022, o terceiro maior dentre as capitais brasileiras.

- **PROPOSTAS**

- Apoio do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) aos mutirões de adesão ao Cadastro Único (Junto aos CRAS e outros) para mapeamento da população em situação de vulnerabilidade, com a integração dos dados dos centros municipais de apoio e do Ministério do Desenvolvimento Social, para mapeamento pelos órgãos do Estado;
- Aproveitamento de espaços públicos estaduais em desuso (prédios e terrenos), com a criação de um programa de incentivos fiscais para adequação dos espaços;
- Intermediação entre os municípios da RMPA e o Ministério das Cidades na busca de recursos para moradias populares e a ampliação dos programas municipais de aluguel solidário;
- Realizar parceria com os municípios para levantamento do número de famílias em situação de risco nas áreas ribeirinhas e de preservação ambiental (APP), com vistas a estudar o seu reassentamento;
- Criação de um Programa de Renda Mínima Estadual, complementando a diferença entre o valor da cesta básica no RS e o valor da Renda Mínima Universal em nível nacional a ser implantado pelo Governo Federal, financiando com recursos do programa de devolução do ICMS;
- Ampliação do programa Pró-Social (Programa de Incentivo à Inclusão e Promoção Social) concedendo incentivo fiscal para o financiamento de projetos sociais por parte de empresas contribuintes do ICMS.

CULTURA

- **DIAGNÓSTICO**

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, Estados e Municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Costuma-se dizer que o Sistema Nacional de Cultura é o SUS da Cultura. É através do SNC implantado nas outras esferas Estadual e Municipal que é possível realizar ações e transferir recursos de fundo a fundo para fomentar a cultura em cada localidade.

O Sistema Estadual de Cultura, estabelecido pela Lei n.º 14.310, de 30 de setembro de 2013, e o Plano Estadual de Cultura são vinculados, na forma da Lei, às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura, integrantes do Sistema Nacional de Cultura.

Para que cada município implante o seu Sistema Municipal, ele precisa ter um conselho paritário, constituído por representantes do poder público e da sociedade civil, um Plano de Cultura e o Fundo Municipal. Com esses órgãos mínimos, o município já pode solicitar a sua adesão ao Sistema Nacional e pleitear verbas públicas de outras instâncias (federal e/ou estadual) para a realização e apoio a projetos culturais que promovam grupos, coletivos e a cultura local.

Consta em levantamento realizado pela FAMURS, em novembro de 2021, que apenas 90 municípios gaúchos estavam com seu Sistema Municipal de Cultura implementado, enquanto mais de 400 municípios não pertencem ao Sistema.

Foi neste cenário pandêmico e com um acentuado retrocesso na área cultural, com o decréscimo explícito do número de políticas culturais implementadas nos três níveis federativos (federal, estadual, e municipal), que os integrantes da 5ª Conferência Estadual de Cultura aprovaram a proposta de realização do MAPA LAB RS, um instrumento que requereu a cooperação de atores governamentais e que salientou a importância que a articulação política cultural tem hoje no Brasil, para o fortalecimento da governança cultural e particularmente para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

O governo do estado do Rio Grande do Sul pleiteou uma nova ordem regional para a política pública de cultura através da recriação da Secretaria Estadual de Cultura, com aumento sucessivo do orçamento e desejados efeitos de desconcentração regional e inclusão social. Foi capital o aumento do teto orçamentário da Lei Estadual de Incentivo à Cultura e a formulação de novas práticas e iniciativas, emolduradas pelo Fundo de Apoio a Cultura. E foi essencial o desenvolvimento potencial das políticas que asseguraram o resgate do pluralismo das expressões identitárias e a garantia de direitos e oportunidades equitativas para os diversos grupos e comunidades socioculturais, elaborando um ambiente de tolerância e de combate à discriminação

Contudo, o documento “Cartografias Culturais MAPA LAB RS: Atlas de mapeamento da Lei Aldir Blanc no território gaúcho” evidencia a necessidade de qualificação do Plano Estadual de Cultura e da Implementação dos Sistemas Municipais de Cultura, como anteparo legal e exequível para as políticas públicas de cultura, dinamizando a descentralização de recursos, a desburocratização e o fortalecimento das ampliações das ações municipais de cultura.

Ademais, é sempre importante lembrar o impacto que a Cultura promove do ponto de vista social e econômico. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cada R\$1,00 investido em um evento cultural pode gerar de retorno até R\$13,00 em toda a cadeia econômica envolvida. Além disso, é reconhecido que a Cultura exerce papel importante na educação e formação cidadã da população.

- **PROPOSTAS**

- Buscar a inclusão dos municípios no Sistema Estadual de Cultura, incentivando a formação dos conselhos municipais de cultura;
- Articulação com as prefeituras para a criação, em cada município, de pasta específica para a gestão da cultura;
- Capacitação para a criação de leis municipais de incentivo à cultura;
- Formação de parcerias com COREDES e CODIC;
- Defender a atuação concreta do poder público local na defesa dos direitos culturais;
- Fomento à pesquisa, aos processos continuados, à manutenção dos grupos de arte;
- Incentivo a bandas, conjuntos musicais, corais, orquestras, grupos de teatro, grupos de dança, grupos folclóricos, centros de tradição, atelier, associações de memória e outras manifestações culturais;
- Instituição de Fundo de Fomento ao Trabalho Continuado em Arte;
- Criação de uma Rede Estadual de Territórios Culturais Independentes, que cuide da implantação, sustentabilidade e incremento dos espaços culturais;
- Otimizar os espaços ociosos do estado para implementação de espaços culturais, atuando na ampliação do conceito do uso do espaço cultural, com a aquisição em parceria com os municípios e entidades culturais;
- Direcionar renúncia fiscal das estatais para a utilização dos mecanismos de incentivo à cultura;
- Disponibilizar os principais instrumentos do estado para formação de um programa permanente de circulação, garantindo acesso aos principais palcos e processos artísticos;
- Estágios nas instituições referentes, como a Ospa;
- Criação de uma Escola Técnica de Cinema, retomando o projeto de criação de uma escola técnica na Restinga, através dos mecanismos de apoio ao audiovisual;
- Disponibilizar a participação dos artistas locais no processo de integralização do ensino;

- Incentivar o Turismo Cultural e o Empreendedorismo Cultural;
- Mapeamento de todas as iniciativas culturais do Estado;
- Diálogo permanente e construtivo com o Conselho Estadual de Cultura, CODIC, entidades de classe, grupos de arte e artistas independentes;
- Amparo aos artistas veteranos, estabelecendo convênio com a Casa dos Artistas;
- Regulamentação da Lei do Folclore Gaúcho nas Escolas;
- Criação de mecanismos que possibilitem o intercâmbio cultural, visando à qualificação dos nossos artistas.

ESPORTE E LAZER

• **DIAGNÓSTICO**

Com a diminuição da carga horária, e até retirada da disciplina de Educação Física do currículo no ensino médio das escolas públicas, houve queda do número de escolas que desenvolvem atividades assistemáticas voltadas a atrair e inserir alunos no esporte e paradesporto.

Existem fatores externos que agravaram essa situação das atividades esportivas nas escolas, como o aumento da violência, a falta de oportunidades no mercado de trabalho e o conseqüente aumento do uso de drogas por jovens e adolescentes.

Além disso, questões de saúde também influenciam na prática de atividades esportivas. A população de idosos mais que dobrou nos últimos 30 anos, enquanto metade dos brasileiros está acima do peso. O sobrepeso é maior entre os homens e a obesidade infantil já é uma epidemia.

Poucas entidades de prática esportiva são formadoras de atletas e paratletas e dispõem de instalações, equipamentos e corpo com capacidade técnica que comprovem tal atividade. Adicionalmente, registra-se pequena oferta de cursos, principalmente gratuitos, visando a qualificação dos envolvidos na área de Educação Física. Poucas escolas, associações comunitárias e esportivas possuem estrutura física e materiais básicos para a prática de atividades físicas, esportivas e paradesportivas.

Com o baixo número de Secretarias Municipais, Fundações, Conselhos e outras entidades ligadas ao esporte, há bastante dificuldade para executar atividades e regionalizar programas. O orçamento para o Esporte no RS atualmente está baseado no repasse dos recursos da Lei Pelé e o Fundo não é repassado na sua totalidade.

Também há carência no apoio aos grandes eventos. Através de eventos de grande porte, possibilita-se o ingresso do RS e de cidades gaúchas na rota dos grandes eventos promovendo o esporte e as economias locais.

- **PROPOSTAS**

- Garantir a prática da disciplina de Educação Física aos alunos da educação básica e constituir núcleos esportivos e paradesportivos no contraturno escolar;
- Incentivar programas multidisciplinares nas comunidades sociais (entidades, instituições sem fins lucrativos, associações comunitárias e clubes), objetivando a atração de crianças, adolescentes, adultos e idosos para a prática de atividades físicas, esportivas e paradesportivas;
- Em parceria com a Secretaria de Saúde, criar programa de Atividades Físicas, Esportivas e Paradesportivas com acompanhamento médico, nutricional e psicológico;
- Ampliar programas de incentivo a clubes e associações esportivas que se dediquem ao esporte de rendimento e à formação de atletas e paratletas, assim como aos projetos olímpicos e paraolímpicos;
- Fortalecer o programa de bolsas atletas e técnicos, assim como viabilizar a participação de atletas e equipes em competições;
- Implantar, em parceria com a Secretaria da Educação, o programa de formação continuada para profissionais de educação física e técnicos esportivos, como também oferecer cursos de capacitação para o desenvolvimento de projetos para as leis de incentivo;
- Promover editais voltados para a aquisição de equipamentos, materiais didáticos e insumos esportivos e paradesportivos;
- Incentivar as prefeituras a desenvolverem projetos esportivos e paradesportivos;
- Criar, em parceria com Instituições de Ensino Superior, o Programa de Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte;
- Lançar editais de grandes eventos esportivos que fomentem o turismo e, por consequência, a economia local;
- Realizar e apoiar eventos esportivos, conforme calendário preestabelecido, com qualidade técnica e organizacional.

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

- **DIAGNÓSTICO**

O Rio Grande do Sul está mergulhado em uma situação de insegurança não apenas nos grandes e médios municípios, mas também nas pequenas cidades do interior e na zona rural. As mais diversas manifestações da escalada de violência se fazem presentes.

O crime organizado, as ações violentas contra as pessoas por meio de roubos à mão armada, até a prática de pequenos furtos e pichações criaram um ambiente de insegurança que está mudando o modo de viver das pessoas em todas estas comunidades.

A crescente deterioração do sistema penitenciário resulta em um cenário nacional e regional alarmante. O Brasil prendeu sete vezes mais do que a média de outros países com índice de criminalidade de ponta. Como dito anteriormente, 56% não completaram o Ensino Fundamental da população carcerária no RS, e somente 14% conseguem atingir esta meta. Ou seja, a grande maioria dos presos do Estado não ingressa no Ensino Médio ou Profissionalizante. Essa é uma evidência de que a violência está diretamente associada à falta de acesso à educação.

A administração das massas carcerárias é ponto crucial para a segurança do Rio Grande do Sul, pois exige que o Estado atue a contornar a superpopulação prisional diante da ausência de vagas prisionais suficientes.

No sistema prisional do RS, observa-se dificuldade de fechamento das celas e casas prisionais. Carece de locais próprios de visitação e a adequação das casas prisionais conforme o regime dos prisioneiros. Falta também estabelecer critérios para construção de presídios que facilitem o trabalho, um importante fator de ressocialização e não reincidência.

O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) está em funcionamento desde a regulamentação do Decreto nº 25.010/2014, que visa reduzir a violência e combater a evasão escolar entre jovens de 15 a 24 anos. Todavia, ainda há pontos que não são devidamente cumpridos, como a alimentação e alojamento no prazo de dois meses.

Com relação ao PROCON, são poucas as campanhas de informação aos consumidores. Carece de ampliação o projeto de apoio aos consumidores superendividados. Igualmente, há necessidade de fomentar ações de fiscalização e aumento do número de PROCON's municipais, apenas 84 em todo o estado.

- **PROPOSTAS**

- Regionalização dos presídios, aproximando os apenados a cumprir pena próximos do meio familiar e contar com esta assistência, elevando sua capacidade de recuperação;
- Adequação arquitetônica permitindo o fechamento das celas e espaços nos presídios;

-
- Adequar as casas prisionais de regimes semiaberto e aberto para locais que facilite o trabalho dos presos, com celas fechadas e indivíduos identificados por uniformes;
 - Locais próprios para visitação, mantendo a privacidade e respeito humano ao apenado;
 - Adequação das casas segundo regimes, com sistema de triagem e destinação específica entre as casas prisionais e perfil do apenado;
 - Aumentar as oportunidades de trabalho e estudo nos presídios;
 - Reformar os presídios e realizar a separação de presos;
 - Instalação de bloqueadores de telefones celulares, radares anti-drone e identificadores de sinais telefônicos nos estabelecimentos prisionais;
 - Dar continuidade aos programas de assistência jurídica, saúde, educacional e social, visibilizando a reinserção social, redução dos índices de reincidência criminal;
 - Cumprir a Lei de Execução Penal;
 - Promover cursos de educação financeira, para prevenir o superendividamento;
 - Fortalecer a fiscalização e controle das atividades pelo PROCON;
 - Fomentar a criação de PROCON'S municipais, estabelecendo trabalho coordenado com a municipalização do serviço;
 - Prestar assistência técnica aos órgãos e entidades correlatos de proteção ao consumidor;
 - Desenvolver com as entidades e órgãos públicos estaduais e municipais o atendimento especializado para consumidores superendividados.

MULHERES

• **DIAGNÓSTICO**

As mulheres no RS chegam a 5,8 milhões, representando 51% do total da população. Com relação a faixas etárias, o estado possui uma menor participação de crianças e jovens com até 24 anos de idade no total de mulheres (31%) que no Brasil, que chega a 36%. Por outro lado, se 20% das gaúchas têm 60 anos de idade ou mais, o total das brasileiras é de 15%. A taxa de fecundidade das gaúchas (1,68 filho por mulher) é ligeiramente menor que a média nacional (1,77 filho por mulher), ambas abaixo da taxa de reposição (2,1).

Cerca de 37% das famílias são chefiadas por mulheres. A população feminina gaúcha é mais concentrada nas áreas urbanas do estado, quando comparada ao total do

País. Enquanto somente 2,4% das mulheres do RS residem no meio rural, esse percentual chega a 14,6% no Brasil. Já a escolaridade das mulheres (8,2 anos de estudo completo) segue superior a dos homens (7,9 anos) no estado.

No mercado de trabalho, as mulheres participam com 46% da força de trabalho, ligeiramente acima da média nacional (45%). Com relação à população ocupada do RS, as mulheres representam apenas 45% (mas acima da nacional, de 44%), enquanto entre os desocupados, obtêm maior participação (54%) e superior à média do país (51%). A taxa de desemprego das mulheres (9,1%) é três pontos percentuais maior do que a dos homens (6,1%) no RS, ao passo que, no Brasil, esses índices sobem para 13,5% e 10,1%, respectivamente.

Com relação à remuneração média, enquanto os homens gaúchos ganham 37% mais que as suas conterrâneas, no país, essa diferença é menor (28%). As mulheres também possuem participação menor em emprego assalariado com carteira assinada que os homens, 51% ante 56% desses últimos, enquanto sem carteira é de 6% e 4%, respectivamente. Outrossim, cerca de 13% das mulheres atuam como empregadas domésticas, contra próximo de nulo dos homens.

Com relação à educação, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) do RS, há um déficit de mais de 120 mil vagas na educação infantil no estado, o que dificulta sobretudo as mães para poderem participar do mercado de trabalho.

Com relação à violência contra a mulher, ameaça e lesão corporal foram os mais frequentes. Todavia, registra-se um aumento dos feminicídios em 2021, passando de 80 para 96 assassinatos no RS, uma elevação de 20% em apenas um ano. De 2018 a junho de 2022, foram assassinadas 444 mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros no estado. Considerando a taxa de feminicídios, a variação é de 1,4 para 1,6 a cada 100 mil mulheres, o que resulta também num crescimento de 20% no RS, enquanto a média nacional caiu 3% no ano passado. A taxa de feminicídios estadual está acima do Brasil (1,22 a cada 100 mil mulheres), ocupando a 9ª colocação entre as unidades da federação.

- **PROPOSTAS**

- Criação de um Centro de Referência da Mulher que reúna todos os serviços necessários para um atendimento especializado em relação à violência doméstica;
- Promover o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e o cuidado integral à saúde das mulheres, considerando sua diversidade, em todas as fases do ciclo de vida;
- Implementação, ampliação e aparelhamento das delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência;

- Criação de vagas de trabalho com o objetivo de contemplar as mulheres que chefiam suas famílias;
- Investir na prevenção dos delitos de violência doméstica e na fiscalização do cumprimento das medidas judiciais de proteção da mulher, com a ampliação do efetivo das Patrulhas Maria da Penha;
- Inclusão da Lei Maria da Penha nos currículos escolares, com o objetivo de formar novos cidadãos e combater a cultura machista;
- Apoio aos municípios para atendimento da demanda na educação infantil;
- Transferência escolar automática de crianças que estão em abrigos com suas mães;
- Combater a pobreza menstrual no RS;
- Prioridade para as mulheres nos projetos públicos de habitação.

DIVERSIDADE

• DIAGNÓSTICO

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Queer, Interssexo, Assexuais, Panssexuais, Não-binários e mais (LGBTQIAPN+) passa por forte repressão e estigmatização social, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul. Os índices de violência e discriminação se elevam contra este grupo. Decorrente do processo de marginalização, da perda de direitos sociais e da carência de oportunidades no mercado de trabalho, uma parcela dessa população, principalmente pessoas transexuais e travestis, negra(o)s e periférica(o)s, acaba parando nos presídios.

No sistema prisional, recrudescem ainda mais as violências e privações de direitos à população LGBTQIAPN+. A média de vida da população trans é de 35 anos, metade da média da população brasileira em geral. Além disso, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, foram 175 mulheres trans/travestis em 2020, elevando em 11 estados em relação à 2019. Por esse motivo, é fundamental que se criem ações que objetivem a redução das vulnerabilidades impostas à população LGBTQIAPN+ no sistema carcerário, combinadas com ações de reintegração social.

É recomendável o reforço da educação e cultura da diversidade na rede pública de saúde. Requer-se políticas para LGBTQIAPN+, com especialização de unidades no Estado para atendimento nas áreas saúde e assistência social.

No ano passado, o governador criou cotas com percentual de 1% das vagas para pessoas trans e população indígenas em concursos público estaduais, estendendo para contratos temporários e, quando couber, nas seleções de estágios.

- **PROPOSTAS**

- Elaboração de Estatuto Estadual da Pessoa Trans para criação de um sistema público que garanta os direitos civis básicos da população transexual, travesti e não binária no Estado do Rio Grande do Sul;
- Criação do Programa Trans Cidadania RS para educação básica e pleno emprego da população trans em vulnerabilidade social no estado;
- Políticas estaduais para a população LGBTQIAPN+, com especialização de unidades no Estado para atendimento nas áreas da saúde e assistência social;
- Implementar políticas públicas para os afros LGBTQIAPN+;
- Formação continuada dos servidores públicos contra a discriminação de gênero e sexualidade no que tange à população transexual, travesti e não binária do RS.

ÉTNICO-RACIAL

- **DIAGNÓSTICO**

Estima-se que a população autodeclarada negra (pretos e pardos) seja superior a 1,7 milhões de pessoas, representando cerca de 16% do total do estado. Na capital, chega próximo de 290 mil, em torno de 24% da população porto-alegrense. Uma parcela considerável dessa população no estado, sobretudo a que habita em comunidades quilombolas ou nas periferias, demonstra situação de alta vulnerabilidade social e econômica.

A condição de vulnerabilidade da população negra fica evidente quando a taxa de analfabetismo, por exemplo, atinge 9% dos negros no Rio Grande do Sul. Também possui a renda mais baixa, sendo a maioria dos pobres e dependentes do Programa Bolsa Família, tanto no RS quanto no Brasil (onde ultrapassa os 70%). No Rio Grande do Sul, acima de mil famílias moradoras em comunidades quilombolas são beneficiadas pelo Bolsa Família. Comparando à remuneração média das mulheres negras, os homens negros ganham 12% mais, enquanto as mulheres não negras percebem 31% e os homens não negros recebem 46% acima.

Porto Alegre aparece como a cidade mais desigual para pretos e brancos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para brancos é de 0,833, enquanto para a população negra é de 0,705 (quanto mais perto de 1 melhor), uma diferença de 18,2%. Em todo o estado, a diferença entre brancos e negros é, em média, de 14%. Ademais, os jovens negros gaúchos têm 1,7% mais chances de morrer do que jovens brancos no estado.

- **PROPOSTAS**

- Fortalecer no interior do SUS o subsistema de atenção à saúde da população negra e indígena, respeitando suas especialidades e particularidades;
- Incentivar a adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas, considerando nos requisitos em processos licitatórios do Estado do RS;
- Dar continuidade, fortalecer e ampliar o PLANSEQ-AFRO no RS;
- Incentivar o empreendedorismo, cooperativismo, iniciativas autônomas de desenvolvimento local, auto-gestão e microcrédito, ampliando para a população negra e indígena, oportunizando sair da informalidade;
- Aplicar o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a adesão de municípios;
- Atuar no Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) com ações transversais nas diversas secretarias de Estado;
- Desenvolver programas de políticas públicas transversais para interagir com os setores diversos e aglutinar as interfaces sócias étnicas;
- Buscar que as políticas de promoção da igualdade étnica e racial sejam transversais no âmbito das secretarias e demais órgãos da administração pública estadual;
- Consolidar a capacitação de gestores públicos através de programas educativos, em relação a políticas de igualdade étnica e racial;
- Construir mecanismos de fiscalização contra as práticas de assédio sexual e discriminação étnica e racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;
- Promover a sensibilização e capacitação dos operadores do direito, abordando temas específicos como discriminação étnica e racial e violência sexual contra mulheres afrodescendentes;
- Aderir ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em seu recorte étnico racial, denominado projeto Farol, priorizando ações nas regiões de maior vulnerabilidade social;
- Promover ações de políticas de segurança pública que atuem contra a violência policial em nosso estado, buscando a preservação da vida e cidadania da juventude negra;
- Acelerar os processos de titulação das áreas das populações remanescentes de quilombos, dando apoio de infraestrutura, econômica e tecnológica a programas locais de educação, saúde, além de saneamento básico e água potável;
- Cumprir o plano Brasil Quilombola para a Agenda Social Quilombola, em especial nas ações referentes à construção e equipamentos de salas de aula em comunidades remanescentes de Quilombo;

-
- Promover políticas de educação ambiental com recorte étnico-racial nas comunidades remanescentes de quilombos;
 - Fornecer material pedagógico adequado para tratamento da questão racial nas escolas, ampliando acervo das bibliotecas escolares;
 - Garantir a implementação de políticas públicas afirmativas na UERGS, bem como nas escolas públicas de ensino médio e fundamental;
 - Fortalecer o diálogo federativo em relação ao plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
 - Expandir o acesso das populações de áreas remanescentes de quilombos, comunidades rurais, ciganas e indígenas, às escolas profissionais de ensino técnico;
 - Desenvolver e garantir recursos para projetos sociais e culturais que resgatem a cultura negra e indígena;
 - Incentivar a criação de corredores culturais e de intercâmbio entre as comunidades remanescentes de quilombos, fortalecendo e valorizando a expressão cultural;
 - Criação de programa de agente cultural da cultura afro e indígena na música, literatura, cinema, artes plásticas, teatro e outras artes;
 - Estimular a elaboração de editais específicos que valorizem e incentivem a produção de artes e culturas afro-brasileiras e indígenas;
 - Incentivar o turismo étnico racial, incluindo roteiros como os “Territórios Negros de Porto Alegre”;
 - Criar o Programa Estadual de Cultura de Promoção da Diversidade Étnica para a implementação de políticas públicas de fortalecimento, proteção e promoção da diversidade cultural gaúcha, com apoio às atividades culturais nos municípios;
 - Adotar instrumentos necessários para a aprovação e implementação do Plano Estadual de Combate à Intolerância das Religiões de Matriz Africana;
 - Desenvolver ações de políticas públicas para o pleno direito de acesso da população negra à justiça e à cidadania;
 - Implementar programas de combate sistemático ao alto índice de mortalidade da juventude negra com projetos sociais de combate às drogas e à violência policial;
 - Ampliar e fortalecer a iniciativa de criação de disciplina sobre diversidade racial nas Academias de Polícias, capacitando os agentes e segurança para uma abordagem não discriminatória em relação à população negra.

JUVENTUDE

• DIAGNÓSTICO

De acordo com o IBGE, jovens entre 14 e 29 anos representam cerca de 27,7% da população do estado. Porém, 37,3% dos jovens entre 18 e 29 anos está desempregado.

Para pesquisas sobre jovens, há carência de dados e, conseqüentemente, de políticas públicas focalizadas e eficazes. Com isso, as políticas públicas são, em sua maioria, genéricas e pouco resolutivas, como o Plano Estadual de Juventude.

Ainda, verifica-se um distanciamento entre a população diretamente atingida pela política pública e seus formuladores e executores. Os Conselhos e Conferências são fóruns com baixa participação popular e pouca capacidade de deliberar sobre os rumos da política pública. Já quanto à Coordenação Estadual de Juventude, a atual estrutura do Governo do Estado terceiriza e enfraquece a política pública de Juventude.

Com a pandemia, houve aumento da mortalidade, empobrecimento, desemprego e atraso educacional. A juventude acaba também sendo vítima desse processo, restando o déficit de formação e a falta de oportunidades de emprego. Na cultura e lazer, o jovem gaúcho deseja por espaços e experiências de interação e cultura.

• PROPOSTAS

- Buscar a superação do déficit educacional, inserção no trabalho e incentivo ao empreendedorismo da juventude gaúcha;
- Reconfigurar a Coordenadoria Estadual de Juventude;
- Aprimorar o Plano Estadual da Juventude;
- Fortalecer o Conselho e a Conferência Estadual de Juventude;
- Aumentar vagas, oportunidades e estágios para jovens no setor público;
- Criação de Programas de Estado voltado ao fortalecimento, profissionalização e geração de renda para jovens, com parcerias com empresas e municípios;
- Implementar um Banco de Vagas e Oportunidades, um cadastro inteligente e digital que privilegie a política de primeiro emprego;
- Fortalecer e ampliar o programa Jovem Aprendiz;
- Atualizar e qualificar a Lei de Estágios, garantindo melhores condições de trabalho aos seus beneficiários e remuneração adequada;
- Apoiar a permanência da juventude no meio rural por meio de crédito especializado;
- Incentivar o empreendedorismo através do fomento a incubadoras empresariais e do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedor;

- Fortalecer e ampliar o Programa Passe Livre Estudantil (Lei 14.307 de 2013), visando a garantir a manutenção dos estudantes gaúchos nas instituições de ensino;
- Implementação de política de apoio à ciência e iniciação científica, disponibilizando bolsas para jovens estudantes e projetos de pesquisa aplicada voltados à resolução de problemas do nosso estado;
- Estabelecer parceria com cursos pré-vestibulares para aumento de vagas para jovens de baixa renda da rede pública de ensino;
- Criar programa de conscientização da Juventude Gaúcha, envolvendo palestras sobre tolerância, inclusão e pluralidade, bem como planejamento familiar e cuidados com a saúde física, íntima e psicológica;
- Fomentar a distribuição de absorventes e preservativos e campanhas de vacinação para a juventude.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

• **DIAGNÓSTICO**

Com relação a crianças e adolescentes, verifica-se a necessidade de mapeamento e dados relacionados a todos serviços que atuam na proteção, promoção e garantia de direitos no RS. Os direitos ameaçados ou violados poderiam ser evitados, caso esses dados, e principalmente esses serviços de proteção, promoção e garantia de direitos conversassem efetivamente entre si, articulando ações conjuntas e preventivamente.

Também se percebe uma enorme falta de investimento na profissionalização, geração de renda e oportunidade para adolescentes, dificultando muito o acesso ao mercado de trabalho. Em contrapartida, expõe nossos jovens em situação de vulnerabilidade expostos a todo risco iminente.

Infelizmente, carecem de programas e projetos de profissionalização e geração de renda na grande maioria dos municípios. A falta de oportunidade e expectativa de inclusão no mercado de trabalho é algo que tem preocupado toda nossa população. A fiscalização e cobrança para que cumprimento da legislação é fundamental.

Igualmente, é desejável que se tenham campanhas de combate à violência, com capacitações a todos atores da rede, com objetivo de identificar características básicas em crianças e adolescentes que possam estar sofrendo violências. O fortalecimento da estrutura dos Conselhos Tutelares e capacitações continuadas aos Conselheiros é de grande relevância. Faltam campanhas de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Finalmente, é preciso a aproximação de todo Sistema de Garantia de Direitos. Atualmente, depara-se com pouquíssimo investimento na proteção, na promoção e garantia de direitos, fazendo com que os custos de reparação de danos sejam infinitamente maiores, e com resultados finais muito menores.

- **PROPOSTAS**

- Fortalecimento em ações para cumprimento por parte das Empresas da Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem);
- Criar e fortalecer campanhas de forma conjunta de combate ao abuso e exploração sexual, ao uso de drogas, e à violência familiar;
- Capacitar todos atores da rede de proteção, promoção e garantia de direitos, com a finalidade de que possam identificar suspeitas de violências, criar redes de apoio e fluxos e protocolos;
- Auxiliar na estrutura para funcionamento dos Conselhos Tutelares, criando programa de capacitação continuada oferecida pelo Estado aos conselheiros tutelares;
- Criação de Fóruns, Seminários, Redes e Conferências visando ao fortalecimento, integração e bom funcionamento do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

- **DIAGNÓSTICO**

No RS, pelo menos 24% da população possui algum tipo de deficiência. O maior tipo de deficiência verificado é a visual (18%), sucedido de física (8%), auditiva (6%) e mental (2%).

De acordo com pesquisa realizada pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS), é possível constatar que é preciso investir na articulação dos Comitês Gestores e na consolidação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência.

O protagonismo de quem vivencia a condição da deficiência é fundamental para a mudança de cultura da nossa sociedade e para o real ajuste nas quebras de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Dos 128 municípios que responderam à pesquisa da FADERS, apenas 20% possuem Conselho de Direitos, 66% responderam que não possuem, e 13% dos municípios não responderam se possuem ou não Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência.

Os municípios pesquisados referiram como principais as políticas da educação e a política de assistência social, demonstrando que essas políticas são as que mais têm materializado o acesso à inclusão e à acessibilidade, sendo que a soma destas duas políticas centraliza 35% das ações de promoção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, considerando que 64% dos municípios não informaram quais ações são tomadas nesse sentido.

Dos projetos e ações municipais em andamento para as Pessoas com Deficiência (PcDs), 30% são projetos não vinculados às políticas municipais, 25% de assistência social, 23% de educação, 16% de saúde e apenas 7% da APAE. Quanto a acessibilidade, 43% das Unidades Básicas de Saúde são acessíveis. 100% dos municípios possuem sala de recursos multifuncionais.

O número de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) na política de assistência social, que contempla dez regiões com um total de 193 municípios, corresponde a 30% da população do estado do Rio Grande do Sul.

A política de inclusão no trabalho é outro ponto que se apresenta vulnerável e que precisa de maior atenção para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao mundo do trabalho. Segundo a pesquisa, 19% dos municípios apresentam algum programa, projeto que fortaleça a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Por outro lado, 33% dos municípios informaram não desenvolver nenhuma das ações apontadas. Já 48% dos municípios não responderam se desenvolvem, ou não, alguma ação referente à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

- **PROPOSTAS**

- Fazer cumprir a legislação que garante vagas em estacionamentos próprios com sinalização, rampas, passarelas e corrimãos;
- Aumentar a sinalização de circulação internas e externas, com piso tátil, em lojas, mercados, restaurantes, escolas, bancos, bebedouros, elevadores, escadas rolantes, banheiros, etc.;
- Ampliar a sinalização em semáforos, com medidas adequadas;
- Articular com a FADERS e municípios, para a formação de pessoal capacitado em Libras e Audiodescrição para o atendimento de pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva, surdos e surdocegos;

-
- Aprimorar a reconfiguração arquitetônica dos espaços públicos em relação ao visual, tátil e sonoro;
 - Incentivar a regulamentação e fiscalização através de políticas públicas, possibilitando a adequação do transporte coletivo para a acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

DIREITOS DOS ANIMAIS

• DIAGNÓSTICO

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978, qualquer animal possui o mesmo direito à vida e ao respeito e à proteção do homem. Desse modo, nenhum animal deve ser maltratado e abandonado por quem se responsabilizar em ser seu dono. Ainda, desde a infância os indivíduos devem ser educados para respeitar os animais.

Além disso, a Declaração Universal diz que qualquer ação que ponha em risco a vida de um animal, trata-se de um crime contra a vida. Ainda, a poluição e a destruição do meio ambiente são consideradas crimes contra os animais. Por esse motivo, os direitos dos animais são garantidos mediante a lei.

No Brasil, a primeira legislação foi em 1924, proibindo corridas de touro, rinhas de galos e de canários, e outras atividades que causassem qualquer sofrimento aos animais. Após, em 1934, um decreto tipificou diversos tipos de maus-tratos aos animais, inclusive estabelecendo prisão ou multa para quem tratar um animal com crueldade ou submetê-lo ao trabalho excessivo.

A Constituição de 1988 determinou que a fauna deve ser protegida, vedando as práticas que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade. 10 anos depois, com a Lei dos Crimes Ambientais, passou a tipificar como crime os maus-tratos aos animais.

Em setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.064, conhecida como Lei Sansão. A lei aumentou as penas aplicadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, imputando a pena de reclusão de 02 a 05 anos, multa e proibição da guarda. Essa lei representa mais um avanço para nossa sociedade e visa inibir crueldades contra cães e gatos.

• PROPOSTAS

- Potencializar ações de instrução ambiental da fauna em conjunto com a sociedade, buscando consciência sobre a responsabilidade de proteção dos animais;

-
- Estabelecer método de identificação e cadastramento de animais nos municípios;
 - Desenvolver procedimentos para a adoção responsável de animais abandonados;
 - Instituir especificações para a comercialização e o transporte de animais, em processos elaborados com a iniciativa privada, entidades organizadas e profissionais das diversas áreas;
 - Estruturar e expandir programas de controle populacional da fauna nas cidades;
 - Instaurar o planejamento de moradas provisórias para animais domésticos vítimas de maus tratos;
 - Conceber e expandir rede de fiscalização contra maus tratos aos animais.